

 FUNDAÇÃO
CALOUSTE GULBENKIAN

PENSAR O ACOLHIMENTO RESIDENCIAL DE CRIANÇAS E JOVENS

SUMÁRIO EXECUTIVO

Maria João Leote de Carvalho e Anabela Salgueiro (Coordenação)



“A recente adoção pela comunidade internacional da nova agenda de desenvolvimento sustentável, a Agenda 2030, como é conhecida, apresenta uma visão ambiciosa e inspiradora para a ação da Comunidade das Nações, e promove a construção de um mundo fundado na dignidade da pessoa humana, na defesa dos direitos humanos e na construção de sociedades justas, inclusivas e livres de violência, onde ninguém possa ser ignorado ou esquecido!

Com os seus distintos objetivos e metas, a Agenda marca uma nova e fundamental etapa na realização dos direitos da criança. Por um lado, preconiza decisivas medidas para garantir a saúde, a educação e o desenvolvimento da criança; e por outro, inclui, pela primeira vez, ações para garantir a proteção integral da criança, incluindo o compromisso de eliminar todas as formas de violência até 2030. A proteção da criança contra a negligência, o abuso e a exploração constitui assim uma dimensão fundamental do processo de implementação da Agenda: em todos os países, em todas as regiões, e para todas as crianças, incluindo as que se encontram em instituições de acolhimento e proteção.”

Marta Santos Pais

Representante Especial do Secretário Geral das Nações Unidas sobre Violência contra a Criança,
In *Pensar o Acolhimento Residencial de Crianças e Jovens*, pág. 13

O presente documento é um contributo para um melhor conhecimento sobre o acolhimento residencial de crianças e jovens apelando à participação de decisores políticos, profissionais, organizações e público, em geral, na construção de uma agenda pública que fomente o progresso, a qualidade e a inovação no sistema nacional de promoção e proteção à infância e juventude.

SUMÁRIO EXECUTIVO

O livro *Pensar o Acolhimento Residencial de Crianças e Jovens* detalha diferentes perspectivas sobre o trabalho realizado pela Fundação Calouste Gulbenkian (FCG) nos últimos anos no sistema nacional de acolhimento, dando voz às pessoas e organizações envolvidas. Inclui reflexões sobre aprendizagens realizadas, conquistas, desafios deste percurso, abordando as estratégias e metodologias seguidas e os mecanismos de supervisão e avaliação implementados, bem como os principais resultados alcançados. No final são apresentadas 28 recomendações que emanam desta experiência, focadas nas mudanças necessárias para a adoção de políticas públicas e práticas mais eficazes sustentadas no cumprimento dos Direitos da Criança em Portugal.

Âmbito, objeto e objetivos da intervenção da FCG

Há mais de 10 anos que a Fundação Calouste Gulbenkian tem vindo a definir, de forma estruturada, a sua prioridade no que respeita às Crianças e Jovens em Risco tendo por meta a implementação de melhores práticas e políticas públicas promotoras da melhor qualidade de vida e bem estar na infância e juventude. Da gravidez na adolescência à Intervenção Precoce, onde atuar atempadamente faz toda a diferença, do apoio aos pais e profissionais que atuam na área da deficiência e no apoio às famílias com crianças ou jovens em risco ou em perigo, através da execução de oito projetos de educação parental (2008/2011) enquanto medida preventiva à institucionalização das crianças.

Em 2012, perante o crescente número de jovens acolhidos em instituições no sistema nacional de proteção, a Fundação Calouste Gulbenkian tomou a iniciativa de tornar visível uma área em que as necessidades e os desafios são muitos e de grande complexidade – o Acolhimento Residencial de Crianças e Jovens, um direito na salvaguarda daqueles que se encontram em situação de perigo, no sentido de garantir a efetivação dos princípios estabelecidos na *Convenção sobre os Direitos da Criança* (CDC), adotada pela Assembleia Geral nas Nações Unidas em 20 de novembro de 1989 e ratificada por Portugal em 21 de setembro de 1990.

Os riscos que atravessam a vida de crianças e jovens nas sociedades contemporâneas têm vindo a constituir objeto de especial atenção por parte dos Estados, comunidades e de diferentes organizações a nível nacional e internacional. Na sua origem estão dinâmicas e processos sociais complexos, que colocam em causa a condição da infância e juventude e exigem a **mobilização de conhecimento científico e inovação que potencie a resolução de problemas, a qualidade e o sucesso das ações a desenvolver.**

Objeto

Nas *Diretrizes para os Cuidados Alternativos de Crianças*, aprovadas pela Assembleia Geral nas Nações Unidas, por ocasião do 20.º aniversário da CDC, em 20 de novembro de 2009, define-se por **acolhimento residencial: os cuidados formais de curto ou longo prazo providenciados em ambiente institucional, incluindo centros de emergência, casas de acolhimento e outros equipamentos residenciais.** Este conceito abrange uma multiplicidade de medidas, regimes e modalidades de funcionamento, pelo que é necessário um cuidado especial na análise comparada entre diferentes sistemas. A segunda alteração da *Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo*¹, ocorrida em 2015, adotou esta terminologia indo ao encontro da necessidade de mudança do paradigma de intervenção nesta área.

¹ Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro, segunda alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, alterada pela Lei n.º 31/2003, de 22 de agosto.

O acolhimento residencial é necessariamente uma situação transitória, que deve centrar-se na construção do projeto de vida com a criança ou jovem, com percursos traumáticos pela sujeição às mais graves situações de perigo e vulnerabilidade social registadas na sociedade portuguesa. Tem por objetivo promover a reintegração social e familiar e a autonomia constituindo uma oportunidade para a (re)definição de trajetórias de vida entre os casos de maior complexidade em execução de medidas de promoção e proteção no país.

Por muito desejável que seja o conceito de se poder viver num mundo onde não há necessidade de acolhimento residencial, o número de crianças e jovens que carece de uma alternativa à família de origem está em crescimento em muitos países, depois de uma fase a seguir à aprovação da CDC, no final da década de 1980, em que diminuiu. Nesta ordem de ideias, **uma das prioridades à escala global na atualidade é pensar como melhorar a qualidade das respostas dos sistemas nacionais de acolhimento e apoiar as redes de suporte social a crianças, jovens e famílias.** São duas das principais metas indicadas em normativos internacionais que estiveram na base da opção do Programa Gulbenkian de Desenvolvimento Humano (PGDH) em garantir o financiamento e acompanhamento técnico e científico de quatro projetos em Casas de acolhimento no sistema nacional, entre 2012 e 2015.

Objetivos

Tendo por finalidade contribuir para a produção de conhecimento científico e inovação que possa refletir-se na melhoria da qualidade da intervenção com crianças e jovens em perigo, a Fundação Calouste Gulbenkian procurou **proporcionar melhores condições para a implementação de ações e projetos direcionados para determinadas vertentes e valências do acolhimento residencial de jovens** em Portugal que, mediante o diagnóstico efetuado, pudessem tornar-se uma mais-valia para a atuação institucional e sucesso dos modelos socioeducativos em curso.

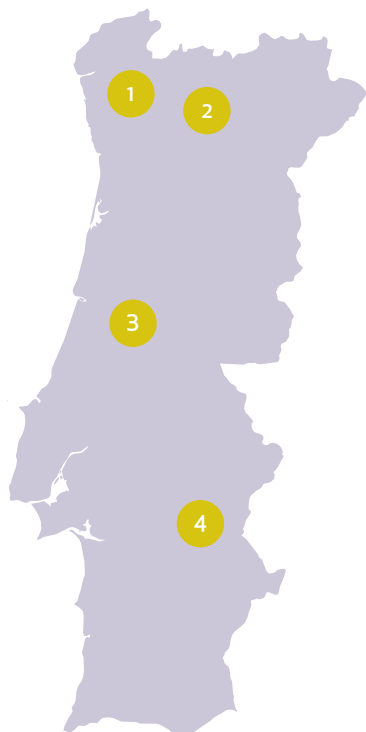
As Casas de acolhimento devem ir muito além de dar “*cama, mesa e roupa lavada*”: a sua função é cuidar e proteger todas as crianças e jovens que acolhem, promovendo os Direitos da Criança no seu acompanhamento e educação, ajudando a traçar novos rumos para a vida quando a família, por si, não o consegue de todo fazer. Pela sua natureza, o papel destas Casas exige um processo de permanente análise crítica, atualização de conhecimentos, (re)organização das práticas e reflexão sobre as políticas públicas que a Fundação Calouste Gulbenkian potenciou ao apoiar, até 2016, um conjunto de projetos em diferentes regiões do país. Na base desta opção, os seguintes objetivos:

1. reforçar as competências pessoais, sociais e emocionais das crianças e jovens acolhidos, preparando-os para uma vida em autonomia;
2. formar e capacitar as equipas técnicas e educativas das Casas que acolhem estas crianças e jovens bem como as suas redes de parcerias;
3. contribuir para a produção de conhecimento científico e inovação que sustente mudanças no sistema nacional de acolhimento através de melhores e mais eficazes práticas de intervenção.

Seleção dos projetos

O processo de seleção das Casas iniciou-se em julho de 2011 e teve por fundamento o reconhecimento da sua intervenção na comunidade e a qualidade da proposta de ação apresentada a concurso, tendo por público-alvo os jovens entre os 12 e os 18/21 anos. A avaliação foi conduzida com base em critérios assentes no aprofundamento de práticas de sucesso e no desenvolvimento de competências de inovação na cultura organizacional e modelos de gestão institucional. De entre as 10 candidaturas iniciais, em 2012 foram selecionadas quatro oriundas de diferentes regiões do país (Fig. 1).

Figura 1 – Localização geográfica dos projetos apoiados



1 Oficina de S. José

(Lar de Infância e Juventude / Apartamento de Autonomização)

Braga

Entidade gestora: Diocese de Braga

Lotação: 46 rapazes, entre os 6 e os 18-21 anos

Projeto: "Autonomia - desenvolver e dinamizar processos de pré autonomia e autonomização de crianças e jovens do Lar de Infância e Juventude"

2 Via Nova

(Lar de Infância e Juventude)

Vila Real

Entidade gestora: Associação de Solidariedade Social Via Nova

Lotação: 20 rapazes, entre os 8 e os 18-21 anos

Projeto: "O Trilho"

3 Casa do Canto

(Centro de Acolhimento Temporário)

Ansião, Chão de Couce, Leiria

Entidade gestora: Crescer Ser - Associação Portuguesa para o Direito dos Menores e Família

Lotação: 23 raparigas, entre os 12 e os 18-21 anos

Projeto: "Projet' Ar-te. Desafios para a mudança no sistema de acolhimento"

4 Lar de Nossa Sr.ª de Fátima

(Lar de Infância e Juventude)

Reguengos de Monsaraz, Évora

Entidade gestora: Santa Casa da Misericórdia de Reguengos de Monsaraz

Lotação: 40 (20 rapazes e 20 raparigas), entre os 3 e os 18-21 anos, preferencialmente fratrias

Projeto: "Aprender a Ser - projeto de promoção de autonomia para jovens em acolhimento residencial"

Acompanhamento técnico-científico

Tratando-se de um sistema de especial complexidade (Carvalho, 2013), foi construído um modelo de acompanhamento técnico em moldes idênticos do anteriormente concretizado com os projetos de formação parental apoiados pelo PGDH entre 2008-2011². Durante os três anos de duração dos projetos sobre acolhimento residencial (2012-2015), ao que se seguiu a fase de avaliação final da sua execução pelas equipas numa dinâmica que prolongou até final de 2016, mas já sem o apoio financeiro da Fundação Calouste Gulbenkian, deu-se continuidade e aprofundou-se a experiência anterior com a mesma equipa, que integrou o Prof. Doutor Daniel Sampaio, a Doutora Maria João Leote de Carvalho e os Drs. Hugo Cruz e Anabela Salgueiro.

O modelo de acompanhamento foi concretizado em torno de duas componentes (Tabela 1). Uma primeira, de **natureza técnico-científica**, assumida na perspetiva de uma **coconstrução entre a equipa de colaboradores da Fundação, internos e externos, responsável por este processo e as equipas e entidades promotoras dos projetos no terreno** tendo por objetivo primordial as funções de suporte, apoio e mediação entre os vários intervenientes, em detrimento de uma visão redutora centrada exclusivamente na prática tradicional de fiscalização e controlo externo por parte da entidade financiadora. Uma segunda componente, de **natureza financeira** que, além da equipa de acompanhamento da Fundação, contou com a **ação de uma entidade de auditoria externa à Fundação**, a PKF – Accountants & Business Advisers.

² Sampaio, D.; Cruz, H. e Carvalho, M.J.L. (Ed.) (2011). *Crianças e Jovens em Risco – A Família no Centro da Intervenção*, Programa de Desenvolvimento Humano da Fundação Calouste Gulbenkian, Cascais, Príncipia – Publicações Universitárias e Científicas.

Tabela 1 – Acompanhamento técnico dos projetos e avaliação ongoing

INSTRUMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO ONGOING	ACOMPANHAMENTO TÉCNICO DOS PROJETOS – 2012/2015	
	DESCRIÇÃO	CALENDARIZAÇÃO
Relatórios de execução técnica e financeira dos projetos	Regularidade semestral, com base em dois modelos concebidos pela equipa técnica de acompanhamento da FCG, com exigências em termos de concretização das atividades planeadas, narrativas, dificuldades e constrangimentos, incidentes críticos e opções para a sua resolução, alterações ao plano de candidatura, indicadores quantitativos e qualitativos de caracterização das pessoas intervenientes (colaboradores, população e parcerias).	<p>2013 abril e outubro</p> <p>2014 abril e outubro</p> <p>2015 março e outubro dezembro (relatório final)</p>
Encontros realizados na FCG para articulação e apresentação de todos os projetos e visitas/reuniões nos locais de implementação dos projetos	Reuniões realizadas na FCG e nas Casas ao longo dos três anos de execução dos projetos permitiram um acompanhamento mais próximo das equipas, a participação em momentos do seu quotidiano e a possibilidade de conhecer jovens acolhidos e os demais intervenientes envolvidos no projeto (técnicos, educadores e pessoal de apoio).	<p>2012 28 junho: FCG, com todas as equipas 1.ª reunião após a aprovação dos projetos</p> <p>2013 31 janeiro: Oficina de S. José, Braga 13 fevereiro: Casa do Canto, Ansião 21 fevereiro: Lar N.ª Sra. Fátima, Reguengos de Monsaraz 7 março: Associação Via Nova, Vila Real 2 maio: FCG, com todas as equipas 28 novembro: FCG, com todas as equipas</p> <p>2014 30 janeiro: Casa do Canto, Ansião 13 fevereiro: Lar N.ª Sra. Fátima, Reguengos de Monsaraz 27 fevereiro: Associação Via Nova, Vila Real 13 março: Oficina de S. José, Braga No 2.º semestre de 2014, realizaram-se reuniões por Skype, com todas as equipas.</p> <p>2015 Realizaram-se reuniões por Skype, com todas as equipas e a equipa de acompanhamento técnico da FCG deslocou-se aos contextos de intervenção de cada projeto para participar nos Encontros e Jornadas organizadas localmente pelas respetivas Casas de acolhimento (cuja apresentação é feita noutro capítulo do livro).</p>
RORI – Reporte Orientado para os Resultados e Impactos	Preenchimento do modelo de avaliação RORI pelas equipas das Casas de acolhimento.	2015-2016

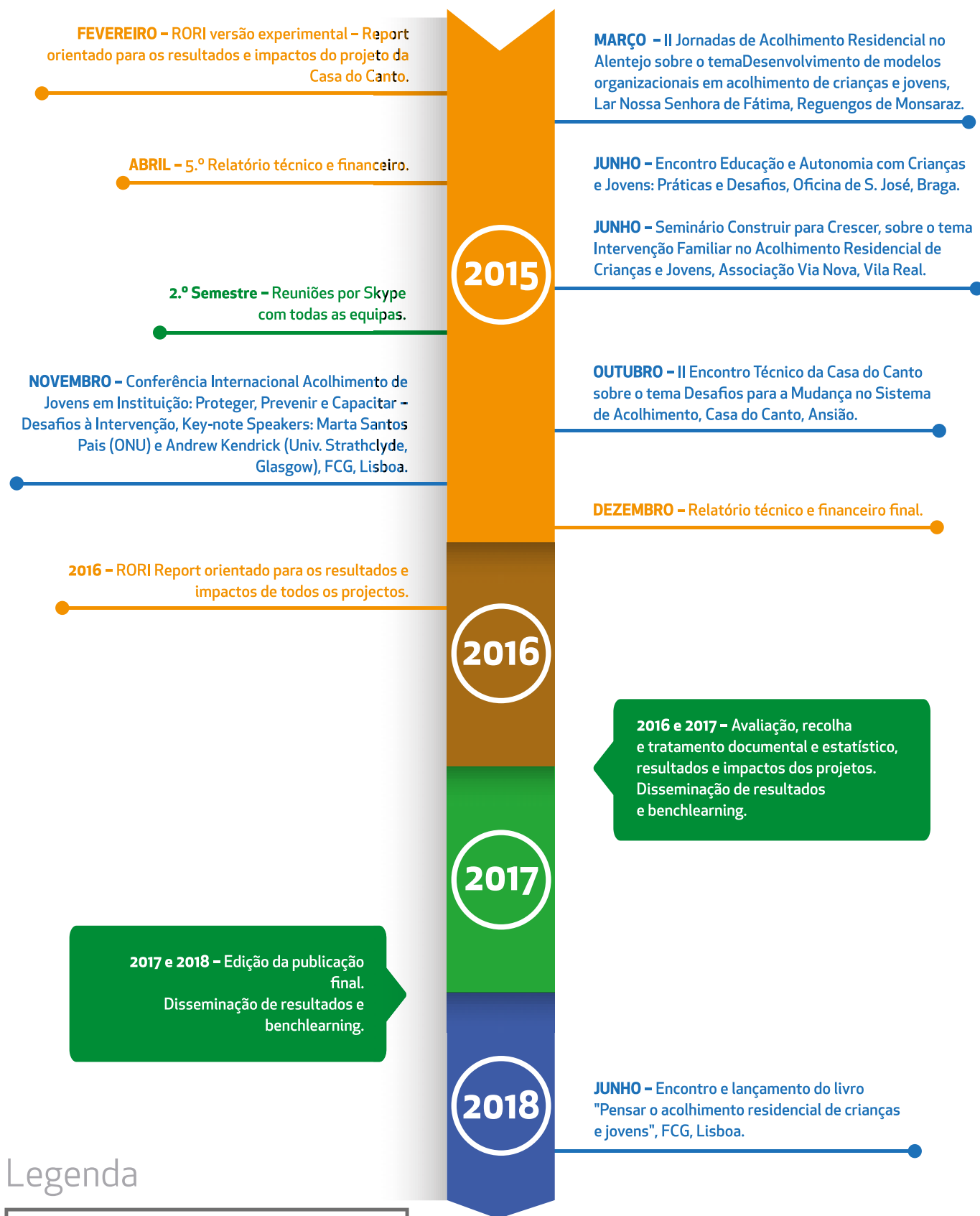
Financiamento da FCG

O envelope financeiro disponibilizado pela Fundação Calouste Gulbenkian para o apoio direto à execução destes projetos totalizou €650.000. Com o acréscimo do conjunto de iniciativas de divulgação científica e publicação das experiências, práticas e resultados dos projetos e outras atividades complementares, a Fundação despendeu o total de cerca de €850.000.

Linha Cronológica



Linha Cronológica



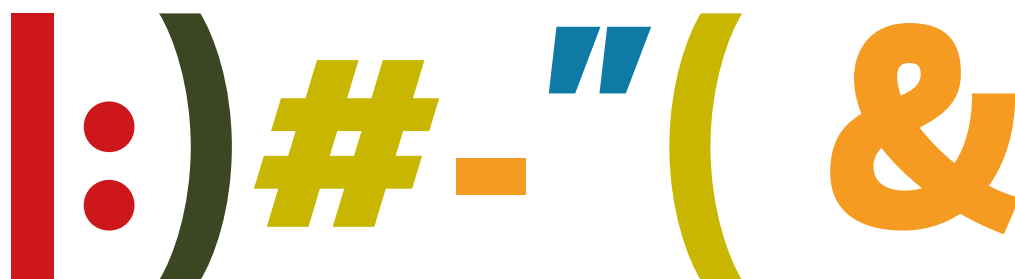
Legenda

	Seleção, monitorização e avaliação
	Eventos Regionais, Nacionais e Internacionais
	Relatórios



I PARTE

(OS) CONTEXTO(S)



I – CONTEXTO

Do plano internacional ao sistema nacional de acolhimento

O número de crianças e jovens que, a nível mundial, se encontra em acolhimento residencial, isto é, colocados a viver em contexto institucional separados da família, não é conhecido com exatidão. **A necessidade de cuidados alternativos é um problema à escala global.** Dados recentes da ONU, UNICEF e Comissão Europeia, a par de outras entidades não governamentais, apontam para o seu aumento, em larga medida, associado ao movimento global de refugiados e a fluxos migratórios, de natureza diversa, em diferentes regiões do mundo.

Um dos motivos que, na atualidade, suscita maior atenção é o da deslocalização de menores de idade desacompanhados, que viajam sem familiares, em fuga de conflitos armados e de outros problemas sociais nas comunidades de origem. **Com base numa multiplicidade de fatores e circunstâncias pessoais e sociais, regista-se um incremento do número de crianças e jovens que crescem sem a presença da família, o que exige dos Estados a concretização de respostas alternativas de qualidade que promovam o seu bem-estar e desenvolvimento integral,** conforme previsto no Artigo 20.º da *Convenção sobre os Direitos da Criança*.

A literatura científica evidencia que **cerca de 70% das crianças e jovens em situação de acolhimento no mundo poderia estar na família se existissem respostas adequadas de suporte social nas respetivas comunidades.** Embora cada Estado regulamente, de modo diferenciado, os critérios que estabelecem os fundamentos que determinam a colocação de uma criança ou jovem em acolhimento, é possível identificar um conjunto de problemas sociais comuns à maioria dos sistemas nacionais.

À luz do definido em normativos internacionais direcionados para esta área, como é o caso da *Convenção sobre os Direitos da Criança* ou as *Diretrizes para os Cuidados Alternativos de Crianças*, **a pobreza, em particular, não pode justificar a colocação em acolhimento. Todavia, a pobreza continua a ser a base estrutural a que se associam problemas sociais,** que se tornam determinantes para a aplicação de uma medida de acolhimento residencial por ineficácia ou até mesmo inexistência de redes sociais de suporte e de serviços especializados na comunidade que promovam a necessária intervenção, o que agrava os fatores de risco preexistentes.

Em Portugal, apesar da segunda alteração à *Lei de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo*, realizada em 2015, ter introduzido mudanças que reforçaram a necessidade de observância dos princípios internacionais, **o leque de respostas oficiais de colocação está praticamente reduzido ao acolhimento residencial em detrimento da existência de outras medidas** que melhor possam adequar-se às necessidades individuais das crianças e jovens.

Problemas sociais

(mais associados à colocação em acolhimento)

- pobreza;
- morte de pai e/ou mãe;
- separação familiar (por emigração, conflito armado ou na sequência de catástrofes naturais);
- doença ou incapacidade de pai e/ou mãe (especialmente por HIV nas regiões de África Subsariana);
- doença mental ou o consumo abusivo de substâncias lícitas e ilícitas pelo pai e/ou mãe;
- deficiência ou incapacidade da criança ou jovem;
- problemas comportamentais da criança ou jovem;
- violência, nas suas mais diversas formas (violência doméstica, abuso e/ou negligência grave, exploração laboral, maus tratos, etc.).

(UNICEF, 2006, 2012; SOS Children's Villages International & University of Bedfordshire, 2014)

O acolhimento residencial, executado em diferentes tipos de organização no sistema nacional de proteção, assume uma fortíssima expressão atingindo, desde há anos, valores superiores a 95% do total das medidas de aplicadas anualmente pelos Tribunais e Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, o que coloca o país numa situação diferenciada no contexto internacional (Tabela 2). No entanto, o ordenamento jurídico português dispõe de uma medida de apoio junto de outro familiar que, noutros países, é classificada como acolhimento familiar, o que importa ter presente na leitura destes dados.

Tabela 2 – acolhimento português à luz do internacional

	Acolhimento familiar (%)	Acolhimento residencial (%)		Acolhimento familiar (%)	Acolhimento residencial (%)
Austrália	91,0	5,0	Holanda	56,7	43,3
Irlanda	90,5	7,1	França	53,3	38,6
Noruega	86,0	14,0	Itália	49,6	50,4
Reino Unido	80,4	10,8	Alemanha	44,0	56,0
Nova Zelândia	79,3	16,7	Chile	26,0	74,0
EUA	75,3	14,8	Israel	20,0	80,0
Suécia	71,7	28,3	Japão	15,0	85,0
Roménia	62,8	37,2	Argentina	14,0	86,0
Espanha	60,4	43,9	Portugal	4,8	95,2
Hungria	60,0	40,0			

Fontes: del Valle & Bravo (2013), Carvalho (2013), Refaeli et al., (2013); SOS Children's Villages International & University of Bedfordshire (2014); Grupper (2016)

Com vista a melhorar a qualidade das respostas sociais de acolhimento, nas duas últimas décadas várias medidas e programas foram sendo implementadas pelo Estado português, nomeadamente:

- Manual de Boas Práticas – Um guia para o acolhimento residencial das crianças e jovens para dirigentes, profissionais, crianças, jovens e familiares (CID, 2005).
- Plano DOM – Desafios, Oportunidades e Mudanças (2007-2011).
- Plano SERE + (Sensibilizar, Envolver, Renovar, Esperança, MAIS) (2012-...).
- Grupo de trabalho para a Agenda da Criança (2012) e Comissão para a Revisão do Regime Jurídico para a Adoção (2013).
- Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário. Protocolo para o Biénio 2017-2018.

No entanto, **apesar da evolução registada no acolhimento muito há ainda por fazer**. As *Observações finais sobre o terceiro e quarto relatórios periódicos de Portugal*, do Comité dos Direitos da Criança³, aprovadas em 2014, são claras ao enunciar, no ponto 41 sobre crianças privadas de meio familiar, a preocupação do Comité relativamente a:

- a) “recurso ainda muito generalizado à institucionalização”;
- b) “falta de monitorização sistemática da situação de crianças em cuidados alternativos”;
- c) “insuficiência de recursos para assegurar o funcionamento eficaz do sistema de cuidados alternativos” e “falta de informação sobre políticas e normas nacionais relativas ao recrutamento, comportamento

³ Documento conjunto CRC/C/PRT/3-4, apreciado nas suas 1860.^a e 1861.^a reuniões, realizadas a 22 de janeiro de 2014, tendo aprovado as observações finais, na sua 1875.^a reunião – vide CRC/C/SR.1875 –, realizada a 31 de janeiro de 2014.

e controlo de pessoal, os padrões de cuidados prestados, os procedimentos para denunciar má conduta, e os requisitos de formação”;

d) “falta de informação sobre políticas nacionais destinadas a assegurar a existência de registos atualizados, a sua confidencialidade e o acesso das crianças aos mesmos”;

e) “falta de informação sobre a preparação das crianças que vão sair do sistema de cuidados alternativos e sobre o apoio concedido pelo Estado Parte para assegurar a autonomia de vida”.

Figura 2 – Principais indicadores nacionais 2012 e 2016

2012		2016
11.147 caracterizados no ano 8.557 a 1 de novembro (50,5% rapazes)	CRIANÇAS E JOVENS EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO	10.688 caracterizados no ano 8.175 a 1 de novembro (52,7% rapazes)
Lisboa (19,3%), Porto (18,8%) e Braga (7,3%) (14,7% deslocalizados do distrito de origem)	DISTRITOS DE RESIDÊNCIA MAIS REPRESENTADOS	Lisboa (18%), Porto (17%) e Braga 7% (17% deslocalizados do distrito de origem)
0-11 anos: 34,1%; 12-17 anos: 54,9%; 18-20 anos: 11,0% (341 com mais de 21 anos em LIJ e CAT)	ESCALÕES ETÁRIOS	0-11 anos: 30,5%; 12-17 anos: 55,1%; 18-20 anos: 14,4% (308 com mais de 21 anos em LIJ e CAT)
Acolhimento institucional (LIJ e CAT): 88,9% Família de acolhimento: 4,9% Apartamento/lar de autonomização: 0,5%	MODALIDADES DE ACOLHIMENTO	Acolhimento residencial generalista (LIJ, CAT e emergência): 88,1% Família de acolhimento: 3,2% Apartamento/lar de autonomização: 0,7%
29,7% tiveram medidas de promoção e proteção em meio natural de vida aplicadas antes do seu primeiro acolhimento	MEDIDAS ANTERIORES AO ACOLHIMENTO ATUAL	52,3% tiveram medidas de promoção e proteção em meio natural de vida aplicadas antes do seu primeiro acolhimento
33% já estiveram acolhidos noutros locais (83% estão na 2.ª resposta de acolhimento, 13% na 3.ª e 4% na 4.ª ou 5.ª)	EXPERIÊNCIAS DE ACOLHIMENTO ANTERIOR NOUTROS LOCAIS	35% já tiveram acolhidos noutros locais (79,5% estão na 2.ª resposta de acolhimento; 20,5% na 3.ª ou mais respostas)
A partir dos 11 anos, salienta-se uma clara tendência para o insucesso escolar.	ESCOLARIDADE	A relação entre a idade e o nível de instrução continua a evidenciar uma elevada taxa de insucesso escolar
19,5% com problemas de comportamento; 13,9% debilidade ou deficiência mental; 3,9% deficiência física; 2,9% doença física; 2,1% toxicodependência	CARACTERÍSTICAS PARTICULARES	27% com problemas de comportamento
37,4% teve intervenção em pedopsiquiatria ou psicoterapia, a maioria regularmente. A 13,8% das crianças e jovens em acolhimento foi prescrita medicação.	SAÚDE MENTAL	45,4% teve intervenção em pedopsiquiatria ou psicoterapia, a maioria regularmente. A 20% das crianças e jovens em acolhimento foi prescrita medicação.
37,4% autonomização: 30% reintegração na família nuclear; 14,8% adoção; 10% acolhimento permanente	PROJETOS DE VIDA	36,3% autonomização; 36% reintegração na família nuclear; 11,6% adoção; 8,5% acolhimento permanente

Fontes: Relatórios CASA 2012 e CASA 2016 (ISS, 2013, 2017).

A informação oficial sobre a população em acolhimento residencial apresentada no *Relatório CASA* para os anos de 2012 e 2016⁴, correspondentes ao início da execução e à avaliação final dos projetos apoiados pela Fundação Calouste Gulbenkian, respetivamente, evidencia a prevalência das crianças e jovens entre os 12 e 17 anos, a par do agravamento de vários indicadores. Esta tendência que obriga a repensar os modelos organizativos e educativos das respostas de acolhimento, sendo claramente incipiente o número de equipamentos diversificados e especializados no país (Fig. 2).

Em 2016, **num total de 310 Casas de Acolhimento, só existiam 7 Lares de Infância e Juventude especializados que acolheram entre 60 a 70 jovens; a rede era constituída essencialmente por Casas do tipo generalista** (122 Centros de Acolhimento Temporário e 181 Lares de Infância e Juventude) que intervieram junto de mais de 90% da população nesse ano⁵.

A análise sobre a evolução da caracterização da população à entrada no acolhimento residencial, revela um conjunto de indicadores sociodemográficos que acentuam a crescente complexidade e exigência técnica que se coloca às equipas das Casas, em particular, e ao sistema, em geral.

Problemas tornados desafios

As principais necessidades identificadas pelas quatro Casas em sede de candidatura dos respetivos projetos foram:

- recursos humanos;
- promoção e desenvolvimento de competências pessoais e sociais da população acolhida, especialmente ao nível da autonomia;
- intervenção com a família;
- equipamentos e espaços físicos;
- fontes de financiamento;
- apoios estatais aos jovens na implementação da medida para autonomia de vida.

Na impossibilidade de dar resposta a todos os constrangimentos e dificuldades identificadas, cada Casa estabeleceu um conjunto de prioridades a partir do qual selecionou os objetivos a atingir. Do vasto leque de problemas debatidos passou-se à indicação dos mais significativos tendo por pano de fundo o objetivo de melhoria da qualidade do acolhimento pela mudança da cultura organizacional e capacitação dos intervenientes.

Os problemas inicialmente apresentados foram (re)construídos e, a partir do levantamento de questões orientadoras, foram tornados desafios que constituíram a trave-mestra dos projetos evidenciando-se quatro grandes eixos de intervenção (Fig. 3).

1.º eixo de intervenção: Autonomia

DESAFIO: Como promover a aquisição e desenvolvimento de competências de autonomia nas crianças e jovens acolhidos?

Em todas as Casas foi concretizada a redefinição das respostas existentes promovendo-se a densificação de práticas de pré-autonomia e autonomização das crianças e jovens acolhidos através de um leque variado de ações, metodologias e estratégias de:

- promoção da autonomia nas rotinas do quotidiano da Casa (redefinição de práticas e instrumentos de enquadramento);

⁴ ISS – Instituto da Segurança Social, *CASA – Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*.

⁵ ISS – Instituto da Segurança Social (2017), *CASA 2016 – Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. Lisboa: Instituto da Segurança Social IP.

- desenvolvimento de programas de competências pessoais e sociais;
- promoção de programas de regulação emocional;
- organização de espaços de (pré)autonomização no interior das Casas (quartos individuais e/ou de pré-autonomia; alas de pré-autonomização);
- criação de apartamento de autonomização, para jovens com 16 ou mais anos;
- ações de formação para os profissionais das equipas, crianças e jovens, voluntários, colaboradores e parceiros da comunidade.

2.º eixo de intervenção: Intervenção com famílias

DESAFIO: Como promover uma intervenção sobre a parentalidade junto de famílias de jovens em acolhimento? Que estratégias adotar?

Através deste eixo de intervenção as equipas colocaram em prática diversas ações, metodologias e estratégias de:

- capacitação das famílias;
- formação parental (com as famílias e de formação teórico-prática para profissionais das equipas, voluntários, colaboradores e parceiros da comunidade);
- trabalho com fratrias em acolhimento;
- articulação interinstitucional;
- reorganização dos espaços das Casas (criação de espaços específicos para a promoção do convívio e relação entre crianças e jovens acolhidos e seus familiares).

3.º eixo de intervenção: Transição/Pós-acolhimento

DESAFIO: Qual o papel reservado às Casas de acolhimento após o termo da medida? Como tornar o acompanhamento pós-acolhimento uma realidade?

Visando uma transição mais segura à saída da Casa, os projetos criaram um conjunto de respostas inovadoras destacando-se:

- criação de uma Estrutura de Apoio e Acompanhamento (ESAAC, Pós-acolhimento);
- a Casa tornada centro de recursos na comunidade;
- reforço das redes informais/formais de apoio dos jovens;
- as crianças e os jovens que passaram pelo acolhimento como recurso na intervenção das Casas.

4.º eixo de intervenção: Cultura organizacional

DESAFIOS: Como promover a melhoria do desempenho da organização junto da população que acolhe? Que mudanças são necessárias à promoção de uma resposta de maior qualidade?

Um investimento sério na passagem de um modelo socieducativo tradicional sustentado na conceção de 'instituição' para a de 'Casa de acolhimento', que a alteração de paradigma prevista na revisão da Lei de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, em 2015, pressupõe, implica alterações significativas na cultura organizacional das entidades promotoras do acolhimento no sistema nacional. Neste campo, entre as principais ações desenvolvidas evidencia-se:

- Educadores de Referência;
- implementação das *Normas Quality4Children – Acolhimento de Crianças Fora da sua Família Biológica na Europa* (FICE et al., 2007);
- avaliação e redefinição do modelo e projeto socioeducativo de cada Casa;
- (re)definição de papéis e estruturas organizacionais;
- criação de instrumentos de registo, reformulação e inovação nas práticas e processos;
- organização dos espaços físicos e equipamentos das Casas;
- supervisão e avaliação interna/externa
- relação com o exterior: as parcerias;
- capacitação das equipas e parcerias.

Figura 3 – Os principais desafios selecionados pelas Casas

DESAFIOS			
<p>Autonomia</p> <p>Como promover a aquisição e desenvolvimento de competências de autonomia nas crianças e jovens acolhidos?</p>	<p>Intervenção com famílias</p> <p>Como promover uma intervenção sobre a parentalidade de famílias de jovens em acolhimento? Que estratégias adotar?</p>	<p>Transição/pós-acolhimento</p> <p>Qual o papel reservado às Casas de acolhimento após o termo da medida? Como tornar o acompanhamento pós-acolhimento uma realidade?</p>	<p>Cultura organizacional</p> <p>Como promover a melhoria do desempenho da organização junto da população que acolhe? Que mudanças são necessárias à promoção de uma resposta de maior qualidade?</p>

II PARTE

AS PESSOAS



II – AS PESSOAS

Crianças e jovens

Entre setembro de 2012 e outubro de 2015, as quatro Casas selecionadas envolveram um total de **201 crianças e jovens**, dos quais 185 em regime de colocação ao abrigo da *Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo*, enquanto para os restantes 16 a medida de acolhimento já tinha cessado.

Figura 3 – Síntese global I: crianças e jovens participantes nos quatro projetos

201 CRIANÇAS E JOVENS			
185 em acolhimento em instituição 16 cuja medida de acolhimento cessou anteriormente	118 rapazes (58,7%) 83 raparigas (41,3%)	12-21 anos: 160 (79,6%) Inferior a 12 anos: 34 (16,9%) Superior a 18 anos: 34 (16,9%) Intervalo de idades: 4 anos - 29 anos	Maioritariamente oriundos de Braga, Vila Real, Leiria e Évora

Fonte: Relatórios semestrais/Relatório final de avaliação, por projeto (2015).

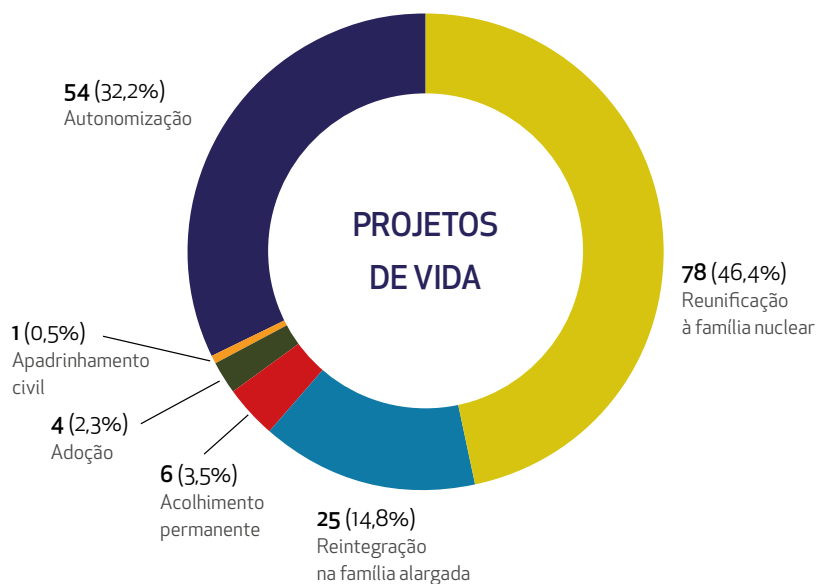
Figura 4 – Tempo de permanência e entidade aplicadora da medida

185 CRIANÇAS E JOVENS	
Tempo de permanência em acolhimento residencial: <ul style="list-style-type: none"> inferior a 1 ano: 38 (20,5%) 1 a 3 anos: 79 (42,7%) superior a 4 anos: 68 (36,8%) (15 jovens há mais de 10 anos) (N=185)	Medida de acolhimento aplicada: <ul style="list-style-type: none"> Tribunais: 104 (58,1%) CPCJ: 64 (35,7%) Confiados à tutela do(a) Diretor(a) da Casa: 9 (4,8%) (2 jovens sem medida por serem maiores de 21 anos) (N=179)

Fonte: Relatórios semestrais/Relatório final de avaliação, por projeto (2015).

A definição individualizada do projeto de vida da criança ou jovem acolhido é um direito associado ao dever de cada Casa, uma das exigências do acolhimento residencial, “face ao seu carácter meramente instrumental e temporal – a função de garantir por todos os meios ao alcance que cada criança e jovem possa crescer em família ou, na sua impossibilidade, que possa ser enquadrada junto de figuras de referência, num ambiente seguro e capaz de garantir o seu desenvolvimento e autonomização” (ISS, 2015: 33). Reunificação à família nuclear e autonomização são as orientações predominantes (Figura 5).

Figura 5 – Projetos de vida das crianças e jovens participantes



Fonte: Relatórios semestrais/Relatório final de avaliação, por projeto (2015).

O insucesso escolar e as dificuldades de aprendizagem estão significativamente presentes e respostas educativas mais flexíveis são escassas sendo, muitas vezes, complicado o encaminhamento para equipamentos escolares que potenciem a integração escolar e social adequada ao perfil e necessidades de cada criança e jovem. A entrada numa Casa de acolhimento pode acontecer em qualquer momento do ano letivo e dificilmente é possível a continuidade no estabelecimento de ensino que frequentava ou em que estava matriculado anteriormente.

Figura 6 – Escolaridade, formação e emprego

ESCOLARIDADE (N= 174)	
148 crianças e jovens (85,0%) em frequência escolar	130 no ensino básico regular: 3.º ciclo é o mais representado (65) 15 em ofertas alternativas (CEF/Vocacional/PIEF/CERCI)
FORMAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO (N= 174)	
21 jovens (12,0%) em formação profissional	2 (1,1%) jovens com atividade profissional 3 (1,7%) jovens sem enquadramento profissional

Fonte: Relatórios semestrais/final de avaliação, por projeto (2015).

Conforme esperado em função dos escalões etários em causa e da necessidade de cumprimento da escolaridade obrigatória, é escassa a integração em formação profissional bem como a inserção no mercado de trabalho.

Por outro lado, regista-se uma expressiva representatividade dos problemas de saúde mental na população abrangida pelos quatro projetos (59,4%), espelhando a tendência registada nos dados oficiais a nível nacional (ISS, 2015, 2016). Casos há que acumulam necessidades no campo da saúde mental com outras necessidades de saúde especiais (i.e., doenças crónicas, deficiência física).

Figura 7 – Necessidades de saúde especiais





SAÚDE (N= 185)	
110 crianças e jovens (59,4%) com necessidades identificadas no campo da saúde mental	47 (25,4%) com dificuldade intelectual e desenvolvimental 19 (10,2%) com outras necessidades de saúde especiais

Fonte: Relatórios semestrais/final de avaliação, por projeto (2015).

As equipas das Casas

As pessoas que desempenham funções no sistema nacional de acolhimento fazem a diferença na qualidade e sucesso da intervenção. As Casas de acolhimento dispõem de recursos humanos organizados em equipas articuladas entre si para que possam corresponder às exigências da intervenção educacional e social que lhes é colocada. Para uma lotação fixa de 129 crianças e jovens, as quatro Casas selecionadas mantiveram, durante os três anos de execução dos projetos, **uma estrutura organizacional de base assente num total de 74 elementos**, desde a direção à equipa de apoio.

Figura 8 – As Equipas das Casas

DIREÇÃO TÉCNICA 5  3 2	4 diretores técnicos 1 diretora adjunta	EQUIPA TÉCNICA 16  14 2	4 psicologia 5 serviço social 3 educação social 1 psicopedagogia 1 animação socioeducativa 1 educação (a tempo parcial) 1 ensino	EQUIPA EDUCATIVA 31  21 9	8 educadores 14 ajudantes de ação educativa 4 ajudantes de lar 5 ajudantes de ocupação	EQUIPA DE APOIO 22  21 1	7 serviços gerais 6 cozinha 2 lavandaria 4 serviços administrativos (1 a tempo parcial) 1 ecónoma 1 encarregado 1TOC (a tempo parcial)
---	--	--	--	--	---	---	--

Fontes: Relatórios semestrais/Relatório final de avaliação, por projeto (2015).

Figura 9 – Perfil das Equipas das Casas, por função

DIREÇÃO TÉCNICA	Entre os 29 e os 41 anos (média de idades: 34,6 anos) Ambos os géneros Licenciatura ou Mestrado em Ciências Sociais e Humanas Entre 4 a 20 anos de experiência profissional na área Pertencentes aos quadros das Casas
EQUIPA TÉCNICA	Entre os 24 e os 37 anos (média de idades: 30,3 anos) Quase exclusivamente do género feminino (14) Licenciatura ou Mestrado em Ciências Sociais e Humanas Entre 6 meses e 10 anos de experiência profissional na área Pertencentes aos quadros das Casas ou em contrato a termo certo
EQUIPA EDUCATIVA	Entre os 25 e os 63 anos (média de idades: 39,2 anos) Maioritariamente do género feminino e só uma equipa é mista Maioritariamente com o ensino secundário (12) ou licenciatura (9); 2 abaixo do 9.º ano Entre 3 meses e 25 anos de experiência profissional na área Maioritariamente pertencentes aos quadros das Casas
EQUIPA DE APOIO	Entre os 28 e os 63 anos (média de idades: 46,8 anos) Quase na totalidade do género feminino (21) Maioritariamente com o 9.º ano (7) ou o ensino secundário (5); 4 com o 4.º ano Entre 8 meses e 29 anos de experiência profissional na área Pertencentes aos quadros das Casas ou em contrato a termo certo

Fontes: Relatórios semestrais/Relatório final de avaliação, por projeto (2015).

As equipas técnicas das Casas apresentavam uma composição multidisciplinar integrando as áreas de **serviço social** (5), **psicologia** (4), **educação social** (3), **educação** (1), **psicopedagogia** (1), **ensino** (1) e **animação socioeducativa** (1). As equipas educativas organizavam-se em torno de diferentes configurações, começando na forma como os seus membros eram designados: “**educador**”, “**ajudante de ação educativa**”, “**ajudante de lar**” ou “**ajudante de ocupação**”. Para um conteúdo funcional que se reporta ao mesmo tipo de funções de intervenção permanente junto das crianças e jovens acolhidos, durante dia e noite, surgem diferentes termos cuja análise não pode ser dissociada da história e evolução de cada Casa.

Parcerias

A articulação com a comunidade reveste-se de especial importância na intervenção das Casas de Acolhimento, trazendo um valor acrescentado à ação dos recursos internos, das pessoas e equipas destas Casas, que, por si só, não estão em condições de poder colmatar todas as necessidades que se colocam em causa no acolhimento residencial. **Nos três anos de execução dos projetos, foram estabelecidas 81 parcerias, tendo sido superado o número inicial definido em sede de candidatura (55).** Quer isto dizer que a avaliação contínua do desenvolvimento das ações no terreno conduziu ao envolvimento e participação de mais 26 entidades ou organizações na qualidade de parceiros.

Nos termos da lei, a primeira e decisiva parceria para a criação de uma Casa de Acolhimento decorre do estabelecimento de **um acordo de cooperação entre a entidade gestora, de natureza pública ou cooperativa, social ou privada, e o Estado** (art.º 52.º, LPCJP), representado pelo Instituto de Segurança Social através dos seus Centros Distritais. Esta é a parceria fundadora da Casa sem a qual não é possível a sua existência formal.

Globalmente, a área onde mais se fez sentir a ação das parcerias dos projetos foi a **educação** (16 parcerias), seguindo-se, com diferenças pouco significativas, as áreas de **animação sociocultural e recreativa** (13), da **saúde** (12), do **desenvolvimento local e ação social** (12) e do **desporto** (10). Os órgãos de administração local estão presentes em todos os projetos (quatro Câmaras Municipais - Braga, Ansião, Reguengos de Monsaraz e Alijó – e duas juntas de freguesia – S. Lázaro, em Braga, e Chão de Couce, em Ansião).

As **instituições do Ensino Superior** (5) tiveram uma colaboração significativa assumindo um papel de relevo em diferentes áreas.

Supervisão

Além dos recursos humanos internos, as Casas de Acolhimento apoiadas pela Fundação Calouste Gulbenkian acionaram **mecanismos de supervisão dos projetos com base em recursos externos, maioritariamente oriundos de universidades e estabelecimentos do ensino superior, dando assim cumprimento ao estabelecido nos normativos nacionais e internacionais** para esta área. Criaram-se as condições para que fossem concretizadas práticas de supervisão sustentadas em diferentes quadros teóricos que se refletiram em metodologias, estratégias e ações distintas (Tabela 3).

Tabela 3 – Supervisão externa

	Oficina de S. José	Casa do Canto	Lar Via Nova	Lar N.ª Sr.ª de Fátima
Supervisor(a)	Prof.ª Doutora Catarina Tomás	Prof.ª Doutora Maria do Rosário Pinheiro	Prof. Doutor José Gomes da Costa	Dr. José Manuel Nabo
Profissão	Docente do ensino superior	Docente do ensino superior	Docente do ensino superior	Psicólogo Clínico
Experiência anterior de supervisão na Casa	Sim, desde 2008 no âmbito do Plano DOM.	Não.	Sim, desde 2009, como voluntário, no âmbito do Plano DOM.	Sim, desde 2009 no âmbito do Plano DOM.
Tempo semanal em supervisão	Um dia fixo por semana na Casa (20% tempo semanal), período alargado em determinadas fases em função das necessidades e fases de execução do projeto (variável).	5% de tempo semanal, muito variável ao longo do tempo em função das necessidades e fases de execução do projeto.	5% do tempo semanal, com presença quinzenal na Casa, alargada em determinados períodos em função das necessidades e fases de execução do projeto.	6 horas/mês (3h equipa técnica; 3h equipa educativa), período alargado de março a maio de 2015.
Áreas de intervenção	Acompanhamento técnico e científico da execução do projeto. Supervisão técnica da Casa.	Acompanhamento técnico e científico do ciclo de desenvolvimento do projeto, nas suas etapas de replaneamento, implementação, controlo e avaliação final.	Acompanhamento técnico e científico da execução do projeto.	Investigação da história clínica das crianças e dos jovens. Contribuição para a elaboração do projeto de vida de cada um dos jovens. Reflexão sobre o funcionamento da instituição.
Principal linha de orientação	Supervisão como mediação do desenvolvimento organizacional e profissional e promoção dos direitos das crianças e jovens.	Supervisão de projetos socioeducativos. Supervisão colaborativa da formação (Glickman, 1985).	Supervisão psicopedagógica.	Supervisão clínica
Enquadramento/quadros de referência	Convenção dos Direitos da Criança (ONU, 1989); Direitos da Criança e Participação (Tomás, 2011); Modelo de intervenção socioeducativa (Bravo & Del Valle, 2009); Autonomia e Juventude (Carvalho, 2003; Calheiros et al., 2013; Pappámikail, 2013).	Modelos de gestão de projetos socioeducativos (Pérez- Serrano, 2011) e organizacionais (Roldão, 2005). Planeamento e avaliação da formação, especificamente o Modelo Interativo de Planeamento de Programas de Caffarella (2002) e o Modelo de Avaliação Multinível de Kirkpatrick (2005).	Teoria bioecológica (Bronfenbrenner, 1979; 2005; Bronfenbrenner & Morris, 1999). Teoria da vinculação (Ainsworth, 1976; 1978; Bowlby, 1976; 1977; 1981)	Teoria Psicanalítica (Bion, W.R., 1961; Grinberg, L., 1975)

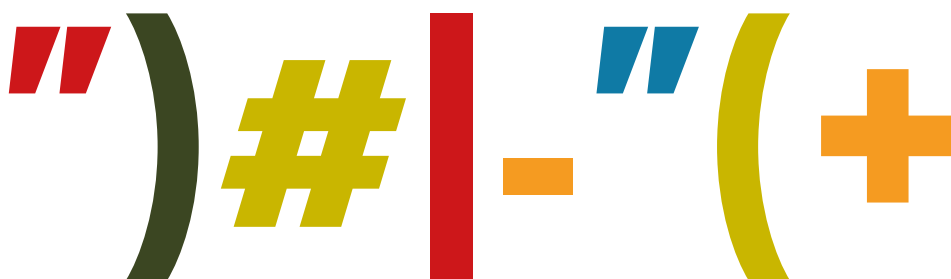
Fonte: Relatórios semestrais/avaliação final e supervisores dos projetos (2012-2015)

	Oficina de S. José	Casa do Canto	Lar Via Nova	Lar N.ª Sr.ª de Fátima
Metodologia	<p>- Reuniões mensais das equipas com a supervisora, com a assunção de uma estratégia participativa e crítica. Atividades desenvolvidas: análise conjunta dos procedimentos, práticas e modos de atuação tendo em vista uma avaliação contínua do projeto e a densificação de práticas reflexivas sobre questões associadas à autonomia das crianças e jovens.</p> <p>- Reuniões entre a supervisora e a coordenadora do projeto para trabalhar na produção e organização de documentos e partilha de informações e conhecimentos.</p> <p>- Observação não participante e participante (visita e jantar com os jovens no apartamento de autonomia, por ex.).</p> <p>Formação à equipa por parte da supervisora.</p>	<p>A capacitação das equipas técnica e educativa do projeto (Curso 1 e 2 de Formação) constituiu a 1.ª vertente, tendo sido realizados dois cursos de formação (total de 40 horas), garantidos pela supervisora:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Curso de Formação I - Planificação e gestão de projetos educativos e formativos: Ferramentas úteis para o ciclo de vida do projeto. •Curso de Formação II - Avaliação de projetos educativos e formativos: Ferramentas para a avaliação da satisfação, das aprendizagens e do impacto das intervenções. <p>A 2.ª vertente do modelo de supervisão, a decorrer em simultâneo com a 1.ª, pautou-se pela avaliação da eficácia, eficiência e sustentabilidade da intervenção realizada no primeiro ano de projeto e ajustamento da intervenção socioeducativa e psicossocial, daí resultando o replaneamento da intervenção em dois eixos e três níveis de atuação, que se mantiveram até ao final do projeto.</p> <p>Numa 3.ª vertente, implementou-se um conjunto de procedimentos de planeamento, registo e avaliação das atividades educativas respeitantes aos programas dos níveis referidos. Neste âmbito, foram criados recursos pedagógicos e de gestão específicos.</p> <p>Uma 4.ª vertente consistiu na orientação técnico-científica e participação na produção de relatórios e na disseminação científica e pública do projeto.</p>	<p>O modelo de funcionamento da supervisão baseia-se na metodologia de "análise de caso", privilegiando uma abordagem individualizada (caso a caso), tendo em conta as potencialidades e fragilidades de cada caso em análise, bem como a compreensão e avaliação do contexto microssistémico - agregado familiar, escola, comunidade envolvente. O objetivo desta metodologia de trabalho é a correta avaliação da possibilidade de reenquadramento familiar (família nuclear, família alargada) das crianças e jovens em acolhimento institucional, de forma a cumprir a missão do Projeto O Trilho.</p> <p>Formação à equipa por parte do supervisor.</p>	<p>Formação à equipa por parte do supervisor.</p> <p>Reuniões regulares com a equipa para análise e discussão de casos e outras situações.</p>

III PARTE

OS PROJETOS

E AS CASAS



III – OS PROJETOS E AS CASAS

Associação Via Nova (Lar de Infância e Juventude)

Projeto: “O Trilho”

Objetivos

- apoiar a reintegração familiar de crianças e jovens em acolhimento residencial na Via Nova:
 - (i) estimular os vínculos familiares de crianças e jovens;
 - (ii) facultar apoio às famílias das crianças acolhidas no sentido de trabalhar o retorno à família;
 - (iii) trabalhar as principais dificuldades das famílias, que têm levado ao rompimento dos vínculos ou ao afastamento temporário da criança/adolescente do ambiente familiar;
 - (iv) possibilitar o alívio de ansiedades e “culpas”, que se apresentam na família das crianças que se encontram acolhidas;
 - (v) formação parental;
- construir um espaço de discussão das situações emergenciais nas relações criança, jovem e família, dentro do universo institucional, subsidiando tecnicamente as ações;
- dotar a Casa de um espaço físico promotor de um convívio saudável entre as crianças, jovens e o núcleo familiar;
- promover processos de autonomia das crianças e jovens acolhidos e de transição para a vida ativa;
- capacitar os profissionais das equipas da Casa e os parceiros nos domínios da intervenção com as famílias e sobre temas atuais no grupo de crianças e jovens acolhidos.

Principais referenciais teórico-metodológicos

Convenção sobre os Direitos da Criança (ONU, 1989); paradigma bioecológico do desenvolvimento humano (Bronfenbrenner, 1979, 2005; Bronfenbrenner e Morris, 1999); programa de formação parental “Ser Família” (Ribeiro, 2003); intervenção com famílias – Fundação Calouste Gulbenkian, Programa “Crianças e Jovens em Risco” (Sampaio, Cruz e Carvalho, 2011); desenvolvimento e vinculação (Ainsworth, 1976, 1978; Bowlby, 1976, 1977).

Metodologia e instrumentos

A principal estratégia foi a capacitação das famílias em contexto, procurando dotá-las de competências necessárias ao exercício de uma parentalidade responsável. Destacou-se o **trabalho colaborativo com as famílias** na perspetiva teórico-prática do que se conhece por *empowerment*, traduzido aqui no desenvolvimento ou no reforço – não raramente no despertar – de competências individuais e do grupo familiar para identificar problemas, desenvolver estratégias adequadas para os resolver ou minorar e atingir metas, promovendo assim a participação, o controlo sobre as situações e a tomada de decisão. A técnica utilizada privilegiou a **observação participante e não participante**, com destaque para a **formação parental trabalhada em diferentes atividades** (i.e. workshops, visitas domiciliárias, promoção de convívio com familiares na Casa e no contexto de residência, intervenção com ‘famílias de afeto’, entre outras).

A promoção das competências de autonomia das crianças e jovens acolhidos foi concretizada por duas vias: a) pela vivência concreta e pela experimentação tendo por base a realização de **Oficinas Terapêuticas** (treino para a autonomia funcional em tarefas do dia a dia); e b) através de um trabalho técnico direcionado, tendo em conta a singularidade de cada um, mas também tendo em conta a forma como cada um lida com os demais, realizado através de **Dinâmicas de Grupo**. Foram ainda implementados projetos e atividades práticas especificamente direcionadas para a **transição para a vida ativa**.

A sustentação metodológica do projeto conduziu à utilização de diversos instrumentos de recolha e análise de dados. Foram selecionados e adaptados alguns **instrumentos técnicos para o diagnóstico, avaliação da intervenção e a avaliação das atividades e foram construídos novos instrumentos** com um carácter especificamente adaptado aos objetivos delineados, acabando todos por ser integrados nas práticas e rotinas da Casa. Destacou-se a importância dos **procedimentos éticos em linha de convergência com os procedimentos técnicos**, a natureza sistémica da intervenção sublinhando a causalidade circular e não relações diretas de causa e efeito, bem como a necessidade de se intervir preventivamente a montante – isto é, no âmbito familiar – de forma a evitar a residencialização de crianças e jovens.

A **formação permanente e troca de experiências no âmbito do acolhimento residencial** e da formação parental abrangeram dois tipos de público-alvo: a) técnicos que intervêm no âmbito do acolhimento residencial de crianças e jovens, e outros agentes implicados na rede de proteção de crianças e jovens; e b) técnicos e educadores da Associação Via Nova. Neste sentido, foram implementadas diversas atividades (i.e., **tertúlias temáticas; encontros e seminários – formações teórico-práticas**).

Oficina de S. José (Lar de Infância e Juventude / Apartamento de Autonomização)

Projeto: “Autonomia - desenvolver e dinamizar processos de pré autonomia e autonomização de crianças e jovens do Lar de Infância e Juventude”

Objetivos

- atendimento individual de jovens e desenvolvimento das suas competências (sociais, educativas, culturais e profissionais);
- desenvolvimento de processos de pré autonomia (direcionados a todas as crianças e jovens acolhidos, grupos dos “pequenos” e “médios”, com especial incidência a partir dos 12 anos);
- promoção de processos de transição para a vida pós-acolhimento (grupo dos “grandes”, 18-21 anos) através do apartamento de autonomização;
- capacitar os profissionais das equipas da Casa, colaboradores e parceiros em diferentes domínios da intervenção em acolhimento residencial e sobre temas atuais no grupo de crianças e jovens acolhidos.

Principais referenciais teórico-metodológicos

Convenção sobre os Direitos da Criança (ONU, 1989); metodologias participativas com crianças (Tomás, 2011); Estudos Sociais da Infância (Stein, 2006; Alanen, 2011); modelos de intervenção socioeducativa em acolhimento residencial (CE, 2005; Gudbrandsson, 2008; Bravo & Del Valle, 2009); desenvolvimento de competências de autonomia (Carvalho, 2003; Calheiros et al., 2013; Pappámikail, 2013).

Metodologia e instrumentos

O projeto desenvolveu-se em duas grandes áreas de atuação: (i) **Educar para e na (pré) Autonomia** – crianças e jovens acolhidos na Casa; (ii) **Promoção de Autonomia de vida – no Apartamento de Autonomização** para jovens com mais de 16 anos. **A autonomia passou a constituir-se como uma dimensão basilar, presente em todos os processos, princípios e práticas da Casa**, refletindo-se na **reestruturação de todos os documentos estruturantes**: Projeto Educativo, Plano Anual de Atividades e Planos Sócio Educativo Individuais (PSEI). O efeito positivo da incorporação do tema da autonomia na linguagem e narrativas das crianças e jovens e da equipa educativa decorreu de três eixos que sustentaram a reconfiguração das práticas e procedimentos: **intencionalidade, planificação e avaliação**.

A procura de caminhos para desenvolver e dinamizar processos de pré-autonomia e autonomização, concretizou-se através de um **processo dinâmico de construção quotidiana, não dependente apenas das configurações normativas e burocráticas, antes implicando uma participação ativa de cada criança e jovem e lógicas de ação das equipas coincidentes** com tal pressuposto. Na 1.ª fase, o **Programa Umbrella** constituiu-se como um ponto de partida para o trabalho que se pretendia desenvolver. Foi feita a sua tradução e adaptação bem como adaptados e validados os questionários diagnósticos. Este é um programa com um método de trabalho sistemático, coerente, flexível e baseado na realidade. As competências são abordadas num processo contínuo, no quotidiano e de forma bastante flexível, ainda que se pretenda sistemático. Assim, logo de início foram identificadas as necessidades na intervenção na população da Casa que conduziu à definição dos **grupos de intervenção**. Apesar de pensado para ser realizado individualmente, as experiências, as soluções e as ideias apresentadas durante os exercícios, desenvolveram-se, posteriormente, em grupos de discussão e através de sessões de trabalho em grupo tendo sido **elaborado um Guião de Desenvolvimento do Programa que incluiu novos conteúdos e procedimentos**.

Na 2.ª fase, a autonomia passou a constituir-se como uma das principais lógicas de ação do projeto educativo, tendo sido trabalhada enquanto elemento potenciador dos direitos das crianças e jovens em acolhimento residencial e promotora de competências que visem a (re)integração social das crianças e jovens, no presente e no futuro. **Mais do que trabalhar conteúdos, tratou-se de implementar práticas diárias, consistentes e de continuidade, não isentas de conflitos e dificuldades, considerando a participação das crianças, dos jovens e da comunidade educativa**. Assim, além de sessões estruturadas, houve todo um conjunto de práticas regulares, sistematizadas que procuravam desenvolver capacidades e competências no quotidiano.

Novas espacialidades foram implementadas na Casa: (i) em 2013 foram criados **4 quartos de pré-autonomia**; (ii) a criação da resposta social **apartamento de autonomização** em 2010, fora das instalações, foi retomada e aprofundada com novos recursos procurando dotar os jovens de competências de autonomia para a transição para a vida adulta. A redefinição de um conjunto de tarefas feitas pelas crianças e jovens tanto na Casa como no Apartamento de Autonomização promoveram, ainda que de forma heterogénea e de acordo com as características e trajetórias das próprias crianças e jovens, o desenvolvimento de competências pessoais.

Em articulação com estas ações, foi implementado um **plano de formação para os profissionais das equipas da Casa, outros colaboradores e para as crianças e jovens acolhidos**.

Casa do Canto (Centro de Acolhimento Temporário)

Projeto: “Projet’ Ar-te. Desafios para a mudança no sistema de acolhimento”

Objetivos do projeto

- melhoria e desenvolvimento da componente emocional da jovem acolhida, trabalhando a relação com o “eu” e no acompanhamento psicológico em vários sentidos;

- promoção e desenvolvimento das competências de autonomia pessoal e social das jovens acolhidas e do seu envolvimento na construção do projeto de vida;
- implementação de uma estrutura de apoio e acompanhamento às jovens após a saída do acolhimento, fornecendo-lhes um suporte que permita os alicerces para a vivência de uma cidadania plena, ativa e responsável fora da Casa;
- capacitar os profissionais das equipas técnica e educativa da Casa em diferentes domínios da intervenção em acolhimento residencial e sobre temas atuais no grupo das jovens acolhidas.

Principais referenciais teórico-metodológicos

Convenção sobre os Direitos da Criança (ONU, 1989); problemáticas e necessidades das jovens acolhidas (Velo, 2014; Martins, 2005; CID, 2005; Moura, Guerra & Costa, 2005; Guerra, Palaio & Velho, 2014), em especial, problemas emocionais e comportamentais (Magalhães & Calheiro, 2014; Moslehuddin & Mendes, 2006); ferramentas de intervenção socioeducativa (Bravo & Del Valle, 2009, NCB, 2006) e psicossocial (Knorth, Harder, Zandberg & Kendrick, 2008; Little, Kohm & Thompdon, 2005; Young, 2003), e de recursos humanos qualificados e multidisciplinares (CE, 2005; NCB, 2006, FICE, IFCO, Aldeias Infantis SOS, 2007); competências de autonomia (Arnett, 2000; Del Valle & Zurita, 2000; CE, 2005; Knorth et al., 2008; Del Valle & Arteaga, 2009).

Metodologia e instrumentos

O Projeto Ar-te é uma intervenção estruturada de natureza psicossocial e socioeducativa cuja finalidade é promover e acompanhar o processo de autonomia das jovens, durante e após o acolhimento residencial, concretizando-se em dois eixos de intervenção: (1) o **Programa de Desenvolvimento de Competências para a Vida**, dirigido às jovens acolhidas e a (2) A **Estrutura de Apoio e Acompanhamento (ESAAC)**, direcionada para as jovens cuja medida de acolhimento residencial cessou. Organizado segundo um modelo multinível, articula o **Programa de Promoção da Regulação Emocional** (Eixo 1, Nível I), o **Programa de Competências Pessoais e Sociais** (Eixo 1, Nível II) e a inovadora **Estrutura de Apoio e Acompanhamento Pós-acolhimento – ESAAC** (Eixo 2, Nível III). Os três níveis de intervenção mantêm uma articulação lógica e temporalmente continuada entre si e são interdependentes, pois em cada nível existem ações representativas dos outros dois níveis.

No Nível I, a ênfase é colocada na promoção da regulação emocional, concretizando-se na possibilidade das jovens realizarem o **Programa Gerar Percursos Sociais** (GPS; Rijo, Sousa, Lopes, Pereira, Vasconcelos, Mendonça, Silva, Ricardo & Massa, 2007) ou o **Grupo Artístico-G.ART** (música e teatro), sendo este último uma estratégia inclusiva adequada a jovens com dificuldades cognitivas, mas à qual podem aderir outras participantes do projeto.

No Nível II, a ênfase é colocada na **promoção de competências pessoais e sociais, nos mesmos domínios da intervenção do plano educativo individual (PEI)**, tais como o relacionamento interpessoal, cuidados pessoais, gestão de domicílio, comportamentos de risco, gestão de recursos, formação cívica, serviços e comunidade, formação escolar e/ou laboral e a família. De realçar ainda a importância do técnico e monitor de referência no âmbito do acompanhamento individual das jovens, quer no domínio das aprendizagens quer na sua transferência para os diversos contextos de vida da jovem.

O Nível III tem o seu foco no processo de finalização do acolhimento, promovendo a autonomia e a desinstitucionalização bem-sucedida das jovens. Assente numa forte componente de inovação, que rompe com a prática tradicional no sistema de promoção e proteção, foi construída, implementada e avaliada uma resposta especificamente vocacionada para a transição e acompanhamento na comunidade à medida que as jovens cessam a medida de acolhimento designada por **Estrutura de Apoio e Acompanhamento (ESAAC)**. Na sua base está uma mudança paradigmática na visão sobre o seu papel técnico neste processo, o que levou à transformação e **consolidação da própria Casa como centro de recursos central na rede de suporte das jovens**. A ESAAC segue uma metodologia flexível e pouco invasiva da vida da jovem, que aposta numa cultura de colaboração com respeito pelas suas opções individuais, privacidade e liberdade. **O acompanhamento individualizado assenta num plano**

pós-acolhimento elaborado conjuntamente pelo adulto de referência e a jovem onde são definidos, em minuta própria, objetivos e ações a realizar, que devem ser avaliados e redefinidos. A implementação da ESAAC segue as orientações do **Manual Técnico de Procedimentos** criado pela Casa para este fim, com recurso aos diversos instrumentos reguladores, de registo e avaliação dos contactos e apoios prestados.

A preparação da saída das jovens da Casa do Canto e sua integração na Estrutura de Apoio e Acompanhamento inicia-se no momento do seu acolhimento, incorporando um conjunto de ações teóricas e práticas de sensibilização para o apoio e acompanhamento após a saída e que se desenvolvem nos níveis I, II e III, respetivamente.

A **implementação das Normas Quality4Children – Acolhimento de Crianças Fora da sua Família Biológica na Europa** (FICE et al., 2007), a sua avaliação e validação foi realizada e, deste processo, resultou a criação de um conjunto de instrumentos aplicados durante as fases do acolhimento das jovens e a mudança de práticas na avaliação dos processos e ações realizadas, procurando-se a conceptualização de um modelo passível de replicação no sistema nacional de acolhimento estando prevista a publicação de um Manual.

Em articulação com estas ações, foi implementado **um plano de formação para os profissionais das equipas e colaboradores da Casa e para as jovens acolhidas.**

Lar de N.ª Sr.ª de Fátima (Lar de Infância e Juventude)

Projeto: “Aprender a Ser – projeto de promoção de autonomia para jovens em acolhimento residencial”

Objetivos

- promoção das competências de autonomia no interior do Lar: a aproximação do espaço físico do Lar a um ambiente familiar natural, com a individualização dos espaços e a modernização dos mobiliários e equipamentos, que permitam a identificação identitária dos jovens ao espaço, e, conseqüentemente, uma maior adesão à intervenção das equipas técnicas e educativas e minimização do impacto emocional da vivência em acolhimento (e dos processos de integração e de desvinculação);
- promoção das competências de autonomia numa ala de autonomia no Lar através da criação de uma resposta transitória entre a passagem de um sistema de acolhimento residencial e a aplicação de uma medida para autonomia de vida.

Na sequência de abertura de processo judicial por suspeita da prática de vários crimes contra as crianças e jovens acolhidos no Lar Nossa Sr.ª de Fátima, em Reguengos de Monsaraz, em 2015 esta Casa de acolhimento veio a ser encerrada, conforme se encontra descrito em capítulo do livro. Na medida em que o processo judicial ainda não terminou por se estar, nesta data (junho de 2018), a aguardar a decisão sobre os recursos apresentados por diversas partes, não é de todo possível proceder à desejada e necessária avaliação sobre este caso em concreto nem sobre os contornos da atuação dos intervenientes junto da população acolhida na fase que se seguiu à sua deteção. Apesar de não se poder proceder a esta análise na sua totalidade a partir do que pode ser um estudo de caso com contributos para o sistema, a opção da coordenação desta publicação foi a dar conta de alguns dos indicadores de caracterização do projeto desenvolvido nesta entidade apresentados até ao quinto relatório semestral de execução técnica e financeira.

IV PARTE

AVALIAÇÃO

Processos, resultados e impactos



IV – AVALIAÇÃO

O que se avaliou, como se avaliou

A avaliação apresentada resulta da análise dos dados fornecidos pelas respetivas equipas obtidos pela aplicação de diversos modelos e instrumentos focados na identificação das **mudanças concretizadas no plano organizacional, social, educativo e económico** em função da execução do projeto. Em determinadas componentes, como na que diz respeito à avaliação do impacto destas ações no comportamento das crianças e jovens acolhidos, foi possível, através do recurso a instrumentos específicos, determinar as mudanças concretas operacionalizadas nas suas vidas no período de execução de medida e, numa das Casas, na fase pós-acolhimento.

Os resultados observados dão visibilidade a quatro grandes áreas da intervenção das Casas de acolhimento selecionadas em que o impacto, a curto prazo, se fez mais sentir: **Organização, Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade**.

Figura 10 - Impacto da execução dos projetos por grandes áreas de intervenção nas Casas de acolhimento



1.ª área de intervenção: Organização

Considerando o impacto da execução dos projetos em cada Casa de acolhimento enquanto Organização, globalmente registou-se:

- reconfiguração do trabalho em equipa e das equipas da Casa;
- sistematização e reorganização dos processos e da documentação técnico educativa;
- convergência dos instrumentos estruturantes da intervenção da Casa;
- práticas mais densas e sustentadas em evidência científica, supervisão e avaliação;
- redefinição de áreas da intervenção pensadas com a participação das crianças e jovens;
- metodologia adaptativa de intervenção com as famílias;

- envolvimento de novos parceiros e colaboradores;
- melhoramento das condições e dos espaços físicos;
- reorganização de procedimentos administrativos de gestão financeira.

2.ª área de intervenção: Conhecimento

No que diz respeito à área do Conhecimento, os projetos globalmente tiveram impacto ao aprofundarem e/ou promoverem:

- processos de investigação/ação em todos os projetos;
- supervisão e avaliação assentes no reforço da ligação ao ensino superior e investigação;
- efetivação do Direito à participação das crianças e jovens no quotidiano da Casa;
- formação e capacitação de profissionais, colaboradores e entidades parceiras;
- divulgação das práticas na comunidade local/regional e a nível nacional;
- produção científica na área e sua difusão nacional e internacional.

3.ª área de intervenção: Inovação

No campo da Inovação, determinadas ações e práticas das Casas constituem um contributo inovador para o sistema nacional de acolhimento de crianças e jovens, nomeadamente:

- a Casa como centro de recursos da comunidade na transição pós-acolhimento: a Estrutura de Apoio e Acompanhamento da Casa do Canto (ESAAC);
- a 'Autonomia' é problemática prioritária no trabalho em acolhimento residencial, desde o início da medida;
- jovens saídos do acolhimento tornados recurso da intervenção na Casa;
- adaptação, validação e implementação de programas de desenvolvimento de competências (pessoais, sociais, de vida e de autonomia);
- dupla interação: a 'Universidade' vai à Casa e a Casa vai à 'Universidade';
- uma Dissertação de Mestrado em Serviço Social (2013) sobre o projeto de uma Casa;
- reconhecimento da FCT-Fundação para a Ciência e Tecnologia expresso na aprovação de projeto de Doutoramento com origem no projeto de uma Casa (iniciada em 2018).

4.ª área de intervenção: Sustentabilidade

Finalmente, ao nível da Sustentabilidade, os impactos da avaliação dos resultados dos projetos revelaram-se globalmente em:

- ações, práticas e instrumentos dos projetos passaram a integrar o quotidiano e os modelos socioeducativos das Casas
- financiamento do Instituto de Segurança Social a Apartamento de Autonomia
- replicação do modelo/ações dos projetos noutras Casas de acolhimento (*benchlearning*)
- reconhecimento da ação das Casas pela comunidade potencia abertura a novas possibilidades de financiamento.

Num processo em cascata, o reforço e/ou a **mudança nas práticas do quotidiano das Casas** de acolhimento propostas para implementação nestas iniciativas acarretou alterações organizacionais e nas culturas profissionais das respetivas equipas e das redes de parcerias, algumas intensas e profundas, que, por sua vez, se traduziram em **modificações no comportamento e vidas das crianças e jovens** bem como no **conhecimento dos profissionais sobre as suas necessidades de intervenção**.

As mudanças e os impactos não ocorreram de forma linear ou uniforme para todas as Casas. Entre os fatores identificados pela equipa de acompanhamento técnico da Fundação Calouste Gulbenkian como relevantes **no sucesso e sustentabilidade dos projetos**, destaca-se:

- o papel crucial da **supervisão externa**;
- a natureza da **relação estabelecida entre a entidade gestora e a direção e equipas da Casa**;
- a **motivação dos profissionais** envolvidos para o questionamento das suas ações;
- a **disponibilidade das equipas das Casas para a aceitação de novos desafios e mudança efetiva nas práticas**.

A execução dos projetos representou **uma carga de trabalhos acrescida** num quotidiano já de si exigente e complexo. O **desenvolvimento profissional através da capacitação e formação** dos profissionais, colaboradores e parceiros das Casas foi fundamental em todas as entidades.

A constituição de parcerias em cada projeto incentivou o reforço de redes sociais de apoio integrado às Casas nas respetivas comunidades cujo impacto se fez sentir, em diferentes níveis, junto dos vários intervenientes (Tabela 4).

A produção de conhecimento científico e a validação de instrumentos, sustentadas na implementação de mecanismos de supervisão e avaliação, deram origem a alguns **contributos inovadores para o sistema nacional de acolhimento**. No seu todo, as mudanças registadas traduziram-se em **diferentes formas de sustentabilidade** de procedimentos de maior eficácia na gestão das Casas e no campo da ação técnica e socioeducativa. Em certos casos, a sustentabilidade das entidades gestoras foi alargada pelo alcance financeiro que resultou da rentabilização dos recursos existentes e da possibilidade de novas ofertas entretanto garantidas através da aprovação de novas respostas com o estabelecimento de acordo de cooperação assegurado pelos serviços oficiais com responsabilidade neste setor (Instituto de Segurança Social, I. P.).

Aprender com os incidentes críticos

A execução dos projetos das Casas bem como o processo de acompanhamento técnico e financeiro por parte da equipa da Fundação Calouste Gulbenkian não foram simples de implementar nem estiveram isentos de dificuldades e problemas, uns mais fáceis de superar do que outros. **A reflexão crítica e o questionamento das práticas foram uma orientação permanente** e só assim foi possível alcançar e até superar em alguns pontos as metas inicialmente definidas. Os incidentes críticos fazem parte de processos desta natureza e podem constituir oportunidades significativas para a melhoria das intervenções em curso ou a desenhar no futuro, sendo, para isso, relevante a sua identificação e compreensão. Este foi um princípio colocado em prática desde o início desta iniciativa sendo debatidos no livro quatro dos incidentes críticos registados considerados dos mais marcantes na avaliação final dos processos e a partir dos quais é importante retirar lições: **(i) necessidade de extensão do período de avaliação após o termo do projeto; (ii) impacto da divergência entre entidade gestora e direção técnica; (iii) necessidade de imposição de mudança na execução do projeto por parte de quem é responsável pelo acompanhamento técnico e financeiro; (iv) o encerramento do Lar Nossa Sr.^a de Fátima.**

Outputs

Entre os indicadores de realização dos projetos destaca-se:

- **27 Publicações**, das quais 6 livros e 13 artigos científicos e capítulos de livros;
- **52 Comunicações** orais em eventos científicos nacionais (36) e internacionais (16), das quais 11 na forma de poster;
- **61 Relatórios** de execução técnica e financeira;
- **13 Dossiês técnico-pedagógicos/Manuais** de práticas e procedimentos;
- **50 ações de formação** (i.e., cursos, seminários ou workshops) para os profissionais das equipas das Casas além do apoio à sua participação em **43 formações externas** (i.e, conferências, jornadas, congressos nacionais e internacionais);
- participação em **47 Atividades letivas no ensino superior**;
- a divulgação de notícias na **comunicação social**, tanto na imprensa e rádio a nível nacional como na imprensa, rádio e canais de televisão a nível regional e local foi registada a par do recurso das Casas a outros **media sociais**, como o Facebook;
- processos de **benchlearning** a partir dos projetos para outras entidades entre 2013 e 2017 (com continuidade para 2018).

A equipa de acompanhamento técnico da Fundação Calouste Gulbenkian promoveu a organização de **3 Encontros científicos**, 2 dos quais internacionais, e apoiou a realização de **4 Encontros científicos locais**, nos quais foi promovido o lançamento de **3 publicações** assinalando a importância de proceder à primeira divulgação dos produtos realizados nas comunidades onde os mesmos foram produzidos.

Esta componente foi apresentada em diferentes eventos de carácter técnico e científico a nível nacional e internacional através da intervenção de elementos da equipa de acompanhamento técnico tendo resultado já na publicação de 1 artigo em revista científica internacional. Paralelamente, vários blogues com intervenção na área da infância e da juventude regularmente apresentaram notícias e informação diversa sobre as iniciativas promovidas pela Fundação e pelas equipas dos projetos. Entidades nacionais e internacionais solicitaram diretamente à Fundação o envio dos produtos realizados no âmbito dos projetos, o que dá conta da importância destas experiências e do seu impacto no campo do acolhimento de crianças e jovens.

Tabela 4 – Síntese dos principais impactos das parcerias dos projetos

POPULAÇÃO ACOLHIDA	Alargamento da capacidade de resposta das Casas
	Facilitação da participação em redes e equipamentos locais
	Garantia de acesso à prestação de serviços e cuidados básicos
	Maior eficácia na resposta à saída dos jovens das Casas
	Mais intervenção nas famílias durante a medida de acolhimento
ENTIDADES ENVOLVIDAS	Mudanças na cultura organizacional das Casas e dos parceiros
	Maior eficiência na gestão dos recursos existentes
	Redução de custos associados às ações
	Partilha de responsabilidades e riscos
	Capacitação das equipas das Casas e dos parceiros
RELAÇÃO DA CASA COM A COMUNIDADE	Ampliação e diversificação de respostas especializadas
	Maior presença das redes sociais locais na intervenção das Casas
	Reforço do papel das Casas como centro de recursos da comunidade
	Garantia da sustentabilidade de ações dos projetos
	Capacitação das redes sociais locais
SISTEMA NACIONAL DE ACOLHIMENTO	Mudança e inovação nas práticas de acolhimento residencial
	Maior visibilidade, conhecimento e escrutínio público do trabalho das Casas
	Mobilização de novos atores para a intervenção no sistema
	Construção de conhecimento científico
	Consolidação de mecanismos de supervisão e avaliação
	Qualificação de novos públicos (ensino superior)

V PARTE

RECOMENDAÇÕES



RECOMENDAÇÕES

A avaliação da experiência realizada pelo PGDH através do apoio à execução de projetos de quatro Casas de acolhimento de jovens termina com a sistematização de um conjunto de 28 recomendações elaboradas em torno de sete áreas-chave, concretizado a partir da análise articulada das propostas das equipas das Casas e da Fundação Calouste Gulbenkian.

MATRIZ DE GOVERNAÇÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INFÂNCIA E JUVENTUDE

1. Cumprimento dos Direitos da Criança no centro das políticas públicas.

A criação de condições para a efetiva implementação da *Convenção sobre os Direitos da Criança* (ONU, 1989) implica o aprofundamento da matriz de governação nas políticas públicas para a infância e juventude que tem necessariamente de passar por um **maior envolvimento, participado e coerente, e de articulação multinível e intersectorial** dos atores relevantes neste campo e pela dotação e gestão eficiente dos recursos e meios apropriados.

2. Prevenção atempada, melhor prevenção.

Mais ações de prevenção nem sempre significam melhor prevenção; mais recursos não significam automaticamente maior eficácia e eficiência na intervenção. O fator decisivo é **que as ações de prevenção sejam realizadas atempadamente**, em função do tempo útil da criança, suportadas em processos de avaliação e respostas sociais que atendam ao seu superior interesse.

3. O acolhimento residencial enquanto oportunidade para ganhos efetivos na vida da criança ou jovem.

O acolhimento residencial deve ser uma medida executada na perspetiva de uma oportunidade que traz ganhos efetivos para a vida da criança ou jovem, além da remoção imediata da situação de perigo em que se encontrava. **Os impactos da execução desta medida têm de estar claramente definidos**, a curto e médio prazo, para que se alcancem resultados positivos.

4. Diversificação das respostas sociais para os jovens maiores de 18 anos em situação de acolhimento.

O alargamento da rede de Apartamentos de autonomia deve constituir uma prioridade para que possa ser dada uma resposta social efetiva e em tempo útil aos jovens adultos que permanecem nas Casas de acolhimento sem condições para acesso a outros equipamentos e estruturas na comunidade. Entre estes, é significativa a presença de jovens maiores de 18 anos, com limitações cognitivas sérias e/ou doença crónica que obstaculizam a autonomização e para os quais **são necessários recursos especializados**, sobretudo na área da Saúde, frequentemente inexistentes ou sem vagas nas respetivas comunidades, que proporcionem a saída segura destas Casas.

5. As crianças e os jovens que viveram em acolhimento residencial são peritos do sistema e sua experiência pessoal é significativa para a melhoria da qualidade da intervenção.

As crianças e jovens em acolhimento residencial crescem e desenvolvem-se no sistema devendo a sua experiência pessoal constituir um recurso para a definição das políticas públicas em matéria de infância e juventude. **A capacitação e melhoria da qualidade do acolhimento deve passar necessariamente pelo envolvimento e avaliação de quem nele viveu e cresceu.** Para isso, é fundamental que as autoridades oficiais, as equipas das Casas e a comunidade, em geral, reconheçam crianças e jovens saídos do acolhimento na qualidade de peritos ("*care leavers are care leaders and care experts*") e potenciem as competências e o conhecimento específico que detém sobre o sistema criando oportunidades para que apresentem e defendam os seus pontos de vista, como apresentado na Declaração "*10 Standards for care leavers*" (Tabela 5)⁶.

Tabela 5 – Declaração de 10 Standards para a saída de crianças e jovens do acolhimento

<p>1. Every care leaver should have equal rights, opportunities, access to social benefits and be adequately informed about this right. / Cada criança ou jovem que sai do acolhimento deve ter acesso a direitos e oportunidades iguais, a benefícios sociais e estar devidamente informado sobre este seu direito.</p>
<p>2. Every care leaver should be involved in their own care leaving plan and have a say in what has to be done. / Cada criança ou jovem em acolhimento deve estar envolvido no seu próprio plano de transição e ter uma opinião sobre o que tem de ser feito.</p>
<p>3. When applying for college/ university every care leaver should have benefits and access to scholarship sponsored either by governmental or private organizations. / Quando se candidata a faculdade/universidade, o jovem saído do acolhimento deve ter benefícios e acesso a bolsa de estudos patrocinada por entidades oficiais ou organizações privadas.</p>
<p>4. To be able to find and succeed in a job, every care leaver should get help to become aware of and get recognized with their potentials, so that they gather the chance to improve them. / Para conseguir um emprego e ter sucesso profissional, cada jovem precisa de ter ajuda para tornar consciente e reconhecer o seu potencial, para ter a possibilidade de melhorar e continuar a progredir.</p>
<p>5. Free health insurance for everyone. Care leavers must benefit from a free health insurance. / Seguro de saúde gratuito para todas as crianças e jovens que passaram pelo acolhimento.</p>
<p>6. To live his/her life, every care leaver needs to feel connected to some people they can rely on. / Para viver a sua vida, o jovem precisa se sentir ligado a algumas pessoas em que pode confiar.</p>
<p>7. The workers supporting care leavers should be motivated, qualified, supportive and supervised. / Os profissionais que apoiam o processo de transição de saída do acolhimento devem estar motivados para este fim, ser qualificados, solidários e supervisionados.</p>
<p>8. To take care for one's own, care leavers need to have knowledge about life skills and how to organize their daily routine, like in a peer to peer training. / Para que possam cuidar de si próprios, os jovens em transição do acolhimento precisam de ter conhecimento sobre as suas competências de vida e como organizar uma rotina diária, aprendizagem que pode ser feita com recurso a formação entre pares.</p>
<p>9. Care leavers need to know how to ensure their capability to keep a roof over their head. / Os jovens à saída do acolhimento precisam de saber como garantir a capacidade de manter um "teto sobre a cabeça".</p>
<p>10. After leaving care, society should provide the opportunity to turn to a mentor who guides and supports them emotionally, if needed. / Depois de deixar o acolhimento, a sociedade deve proporcionar a oportunidade de os jovens recorrerem a um mentor que os possa guiar e apoiar emocionalmente, se necessário.</p>

Fontes: tradução adaptada de "*10 Standards for care leavers*"; *Be The Change Program*, FICE International (2016)

⁶ Realizada no âmbito do projeto de intercâmbio internacional da FICE Áustria "Be The Change". Durante 10 dias, 53 jovens adultos com experiência de acolhimento, entre os 18 e 25 anos, oriundos de 15 países, estiveram reunidos para troca de experiências e partilha de conhecimentos. Desta atividade nasceu a Declaração que foi apresentada no 33.º Congresso FICE- Federação Internacional das Comunidades educativas e na 2.ª Conferência Mundial CYC-Children and YouthCare, em 22 e 23 de agosto de 2016, em diversas ocasiões, e oficialmente aceite pelos representantes da FICE e da CYC no Congresso. O projeto foi financiado pelo programa ERASMUS+ da União Europeia, FICE International, organização TIPITI, UNICEF Áustria, entre outros.

A **participação e envolvimento direto de crianças e jovens na definição de políticas públicas e estratégias em matéria de acolhimento** é uma prática regular desenvolvida pelas autoridades oficiais em diferentes países (i.e., Quênia, Austrália, Irlanda, Escócia, Inglaterra, Itália, Estados Unidos da América, Canadá, Áustria, África do Sul, entre outros) e que se vê como urgente transpor para a realidade portuguesa.

ENQUADRAMENTO NORMATIVO DAS RESPOSTAS DE ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E JOVENS

6. Programa de ação estratégica de médio e longo prazo para o sistema de acolhimento.

A melhoria da qualidade da intervenção requer o estabelecimento de metas a médio e longo prazo que permitam a avaliação das mudanças e a consolidação ou alteração das práticas no acolhimento concretizadas desde a Reforma do Direito das Crianças e Jovens, em 2001. A construção de um instrumento referencial para este fim, através de um **Programa de ação estratégica para o sistema para um período temporal mais alargado** e que não seja apenas mais um plano ou programa entre outros que foram desenhados, mas raras vezes implementados até ao final, constitui um instrumento de relevo para a eficácia e coerência das respostas de acolhimento familiar e residencial a implementar.

7. Código de Ética.

A adoção de um Código de ética que defina os princípios orientadores para a conduta dos profissionais em funções nas entidades que prestam cuidados alternativos a crianças e jovens, nomeadamente na execução da medida de acolhimento residencial, é um passo promotor da mudança na intervenção. Tem a vantagem de promover uma uniformidade nos padrões exigíveis na prestação deste tipo de resposta social estabelecendo as responsabilidades do profissional para si próprio, para as crianças e jovens e famílias junto de quem intervém, para com outros profissionais, para com a entidade laboral, para a sua profissão e para a sociedade. Para que um Código de ética tenha a devida correspondência na prática quotidiana precisa de ser construído e apropriado por quem se encontra no terreno pois **a mera redação de valores, regras e orientações que encerra não é suficiente exigindo-se a participação e a aceitação dos profissionais a que se destina bem como um Estado ciente da sua responsabilidade nesta área.**

8. Regulamentação da medida de acolhimento residencial.

Apesar de constituir uma exigência da lei, desde 2001 que se encontra por concretizar a regulamentação da medida de acolhimento residencial, correspondente à medida de acolhimento em instituição executada antes de 2015. Deste modo, o regime de organização e funcionamento das Casas de acolhimento para crianças e jovens carece do adequado enquadramento, o que constitui um obstáculo de monta à melhoria da qualidade do sistema.

9. Desenvolver no sistema o conhecimento e práticas informadas sobre a vivência de experiências traumáticas na infância e juventude.

Em diversos países, o estabelecimento de linhas de ação para o desenvolvimento de práticas informadas sobre as vivências de trauma na infância e juventude, no âmbito do designado por Trauma-Informed Care (TIC), tem constituído uma prioridade das autoridades oficiais na definição de políticas públicas nesta área.

Os comportamentos apresentados por crianças e jovens podem ser, muitas vezes, expressão da adaptação ao trauma experienciado e não estritamente um sintoma de patologia. Não há uma receita certa para todos os casos e o que pode funcionar bem nuns casos, dificilmente terá resultados positivos noutros.

A investigação e validação científica de instrumentos para os perfis da população em acolhimento em Portugal é naturalmente um passo necessário para a coerência e consistência da intervenção.

Promover o conhecimento nesta matéria é também uma etapa para que as entidades promotoras do acolhimento residencial se avaliem a si próprias e possam corresponder melhor às necessidades específicas da população acolhida. Crianças e jovens traumatizados não conseguem crescer saudavelmente em organizações que se encontram também traumatizadas e 'doentes'.

UM SISTEMA DE ACOLHIMENTO CENTRADO NAS PESSOAS

10. A tomada de decisão sobre a aplicação da medida de acolhimento residencial deve ser informada de uma avaliação fundamentada para cada caso.

O processo de tomada de decisão conducente à aplicação de uma medida de promoção e proteção a uma criança ou jovem em Portugal, nomeadamente a de acolhimento residencial, requer **uma avaliação coerente e sustentada em evidência que a fundamente**. A avaliação constitui a componente central de um processo, em especial na sua abertura e fase inicial, pelo que é fundamental ter explícitas as condições, metodologias e recursos que a mesma envolve, enquadrada pelo princípio do superior interesse da criança. A transparência na passagem de informação relativa à avaliação do caso é um princípio orientador essencial a ser posto em prática entre todos os intervenientes.

11. Fazer corresponder o contexto de acolhimento às necessidades de cada criança e jovem.

Com o acolhimento residencial, crianças e jovens iniciam uma nova fase da sua vida, que tem de ser devidamente acompanhada para que os problemas vivenciados sejam ultrapassados, num período que se deseja relativamente curto. Para que esta meta seja atingida é necessário fazer corresponder o contexto do acolhimento residencial às necessidades de cada criança e jovem. Isto pressupõe **a diversificação do perfil das Casas de acolhimento no sistema nacional através da criação de condições para valências específicas e da sua especialização**, conforme se encontra definido na *Lei de Promoção de Crianças e Jovens em Perigo*.

12. A participação da criança ou jovem deve ser o princípio orientador da construção do seu projeto de vida.

A participação da criança e jovem na construção do seu projeto de vida constitui um imperativo a cumprir no acolhimento residencial. Neste âmbito, exige-se **a criação de dispositivos que mobilizem, integrem e densifiquem a sua participação nas práticas, desde a sua entrada na Casa**. Este objetivo implica uma intervenção que lhes permita a descoberta de interesses, aspirações e sonhos que ajudem a edificar a visão e caminho para o futuro, nas mais diversas dimensões.

13. Cada família é única.

A capacitação dos profissionais para acompanhar as famílias, ao mesmo tempo que as crianças e jovens se encontram em acolhimento, é uma necessidade do sistema. Cada família é única, tem o seu tempo próprio e a intervenção parte da questão fulcral e incontornável de ter uma das suas crianças ou jovens colocados em execução de uma medida de promoção e proteção. Da colaboração permanente e continuada entre técnicos e famílias, em ambos os sentidos, depende a (re)construção dos laços familiares, mesmo que isso venha a resultar num projeto de autonomização em detrimento do retorno à família de origem. Mais do que privilegiar apenas o acompanhamento de familiares na Casa, criando as condições para que tal possa acontecer, a intervenção no contexto local onde residem é de especial relevância. Se há anos as funções do sistema

eram exclusivamente as de controlo da família, agora a prioridade tem de ser dar suporte à família com quem se deve trabalhar.

14. Adulto de referência durante e após o acolhimento.

A importância da criança ou jovem poder ter um adulto significativo durante e após o acolhimento, que constitua a referência pessoal para o suporte que necessita, é uma exigência para uma melhor e mais eficaz intervenção. **Faz toda a diferença ter alguém em quem se confia e a quem se pode recorrer** e as Casas devem proporcionar a oportunidade para que isso aconteça, existindo já várias práticas do género no sistema nacional.

15. Não se pode apoiar eficazmente as crianças e jovens em acolhimento se não se cuidar das pessoas que delas cuidam (cuidar de quem cuida).

Os adultos que trabalham em contexto de acolhimento têm de dar resposta diariamente a múltiplos desafios e constrangimentos, de especial complexidade e exigência técnicas, que os coloca entre as classes profissionais que estarão em maior risco de sofrer processos de burnout. Neste contexto, o desgaste emocional e físico rapidamente pode ocorrer se não forem tomados os devidos cuidados relativamente a quem se encontra em funções no sistema. Para o desenvolvimento da sua ação é decisiva a implementação de dispositivos que renovem e fortaleçam o seu potencial e confiança e, simultaneamente, esteja assegurada a existência de uma rede de suporte social e técnico em cada Casa, que pode ser interna ou envolver elementos e entidades externas. **Cuidar de quem cuida é um princípio orientador fundamental para a melhoria da qualidade da intervenção.**

16. A importância da variável género na constituição das equipas das Casas.

A influência da variável género na constituição das equipas das Casas é poucas vezes debatida. Num universo que tem sido tradicionalmente dominado pelo género feminino em função das classes profissionais mais representadas na intervenção em acolhimento, é importante que crianças, jovens e famílias possam encontrar entre as equipas dirigente, técnica, educativa e de apoio, diferentes modelos e que haja um maior equilíbrio na sua composição.

ORGANIZAÇÕES ATIVAS E EFICAZES NA PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS

17. Construção de modelos de intervenção para o acolhimento residencial assente na implementação efetiva das diretrizes nacionais e internacionais.

A primeira e decisiva condição para a construção de um modelo de intervenção em acolhimento residencial que acolha a implementação efetiva dos normativos nacionais e internacionais, é levantar a questão se o acolhimento é genuinamente necessário para aquela criança em particular e, em caso afirmativo, que tipo de acolhimento é apropriado para o seu desenvolvimento integral e bem-estar. A realidade é que há serviços e programas que podem ser oferecidos em acolhimento residencial que não podem ser oferecidos noutra forma de acolhimento. **Não há uma concorrência entre acolhimento residencial e acolhimento familiar ou outras medidas de promoção e proteção, uma vez que devem corresponder a contextos e a perfis de necessidades e complexidade de gestão do caso diferenciados.** A cultura organizacional é a trave-mestra que determina os contornos da atuação nas Casas de acolhimento devendo o modelo socioeducativo/terapêutico, os regulamentos e guões de procedimentos internos, as estratégias e programas de intervenção bem como

a organização das rotinas diárias serem informados das diretrizes nacionais e internacionais, de modo claro e numa linguagem acessível para as crianças e jovens e suas famílias.

18. Reconhecimento e qualificação permanente dos profissionais do acolhimento.

A tendência generalizada da falta de reconhecimento (incluindo de prestígio) dos profissionais que exercem funções em acolhimento residencial está frequentemente expressa nos baixos vencimentos geralmente auferidos nas diferentes equipas das Casas. Não se trata apenas de dificuldades de financiamento por parte das entidades gestoras, o que por si representa uma certa desvalorização na forma como a sociedade investe (ou não) neste setor, mas também da prevalência de uma visão tradicional e redutora de que para intervir com crianças e jovens não são precisas especiais qualificações. As mudanças no perfil da população acolhida demonstram precisamente o contrário e **a formação regular e atualização de conhecimentos a par da especialização são exigências que se colocam aos profissionais** em funções nesta área.

19. A supervisão é um imperativo para melhor qualidade da intervenção.

A supervisão é um instrumento decisivo na mobilização das equipas das Casas para a reflexão crítica sobre a atuação desenvolvida junto da população acolhida, em particular, com vista à promoção de maior eficácia das medidas aplicadas no sistema nacional de acolhimento, em geral. **A supervisão no sistema tem de ser perspectivada a dois níveis:** um primeiro relativo aos mecanismos de supervisão exercidos pela autoridade oficial que o rege; e um segundo que diz respeito ao contexto específico de cada Casa de acolhimento e do seu modelo socioeducativo de intervenção.

20. Avaliação do impacto do acolhimento residencial.

Para que o acolhimento residencial seja reconhecido como uma medida eficaz é necessário **que o modelo socioeducativo/terapêutico de uma Casa seja devidamente reconhecido e validado.** A adoção ou criação de um estudo de avaliação de impacto tem de atender às características socioculturais do contexto e da população a que se aplica. **Na base deve estar um quadro ético** que respeite a privacidade e mantenha o valor da reserva da vida pessoal de quem passou por situação de acolhimento. Importa definir como é possível contabilizar a relação de custos-benefícios da intervenção quando o que está em causa na sua origem é a vida de uma criança ou jovem. Não obstante, o levantamento desta questão não pode ser impeditivo de uma análise e avaliação cuidada sobre a dimensão económica e financeira que a gestão de uma Casa de acolhimento obriga.

21. Redes e estruturas de suporte social que garantam a saída segura do acolhimento.

A implementação de um serviço de qualidade no acolhimento residencial não pode ficar restrito ao desenvolvimento exclusivo de competências pessoais e sociais e rotinas de vida diária sendo fulcral o estabelecimento e reforço de redes de segurança e suporte social que assegurem uma transição segura à saída da Casa. Mais do que a criação de mecanismos externos à intervenção que proporcionem o apoio a todos os que deixam o acolhimento sem outro suporte, o **desenvolvimento de uma ação articulada entre o desenvolvimento de competências, o reforço de laços sociais e a manutenção/reforço/estabelecimento de redes sociais** é fator decisivo para a eficácia do acolhimento, disso sendo exemplo a inovadora Estrutura de Apoio e Acompanhamento (ESAAC) da Casa do Canto.

O ACOLHIMENTO RESIDENCIAL COMO AMBIENTE DE APRENDIZAGEM E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO CIENTÍFICO

22. Aprendizagem e conhecimento partilhado através de comunidades de práticas.

A conceção de comunidade de práticas, não sendo nova, adquire uma especial relevância em contexto de acolhimento pelo potencial de conhecimento e aprendizagem que encerra dada a complexidade e especificidade da intervenção. É mais do que uma mera rede de relações ou contactos pois pressupõe **uma efetiva partilha de informação e criação de atividades, debate e conhecimento** a partir das práticas dos que nela se encontram envolvidos, aprendendo uns com os outros para melhorar o seu desempenho.

23. Reforço da interação entre ensino superior/investigação e as Casas de acolhimento: a 'Universidade' vai à Casa e a Casa vai à 'Universidade'.

Todo o sistema beneficia com mais investigação e avaliação de qualidade assentes em quadros éticos, social e cientificamente comprometidos com os resultados obtidos. Por outro lado, é também decisivo um movimento inverso: que os intervenientes no acolhimento residencial participem e tenham mais visibilidade junto do ensino superior e da investigação, ou seja, que as Casas se desloquem à universidade. **As Casas são um importante recurso para a necessária ligação entre a teoria e a prática.** Abordagens desta natureza associam ainda o objetivo de prevenção dos maus tratos institucionais e de advocacia dos Direitos da Criança ao potenciarem o debate sobre as práticas e os papéis/responsabilidades que cometem a pais, famílias, comunidades, profissionais, e ao próprio Estado neste sistema.

SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

24. Um novo modelo de financiamento público das Casas de acolhimento.

Atendendo a que as comparticipações do Estado às entidades gestoras das Casas são calculadas em função do número de crianças e jovens acolhidos, quanto maior o seu número, maior o valor total comparticipado, sendo que, nessa situação, também tem maior compensação económica um número reduzido de educadores e técnicos, o que constitui uma perversão do sistema e tem-se assistido, nos últimos anos, a uma diminuição do número de profissionais por Casa. Perante a complexidade crescente de novas (e velhas) necessidades que se colocam à intervenção no sistema, importa, para este fim, **que as comparticipações passem a ser atribuídas em função do perfil da população acolhida em cada Casa, de acordo com a sua realidade e o desempenho no terreno**, o que exige uma articulada supervisão e avaliação externa, anulando-se o princípio de um valor igual por indivíduo atualmente em vigor.

25. Transparência e organização na base da gestão financeira de projetos.

É indispensável a constituição de instrumentos, por parte da entidade beneficiária, que deverão estar acessíveis para consulta da entidade financiadora, incluindo toda a documentação relativa ao projeto. Devem ser criados uma conta bancária e um centro de custo expressamente para o projeto e as boas práticas recomendam que não se efetuem pagamentos em numerário. Os relatórios de execução devem ser apresentados periodicamente tendo em consideração as rubricas aprovadas, dado ser a forma que o financiador tem para acompanhar a sua execução.

A COMUNICAÇÃO SOCIAL COMO PROMOTORA DOS DIREITOS DA CRIANÇA

26. Investigação jornalística orientada (1) pelo cumprimento da ética e do código deontológico da profissão e (2) pela defesa dos Direitos da Criança.

O cumprimento do código de ética e do código deontológico do jornalista, bem como o respeito pelos Direitos da Criança estão na génese de um trabalho jornalístico que defende e promove os interesses das crianças e dos jovens. Na secção dedicada aos média no website da Europa/Ásia Central da UNICEF⁷, um dos princípios éticos apontados relativamente à condução de entrevistas ou reportagens sobre crianças esclarece que deve ser prestada "especial atenção ao direito à privacidade e confidencialidade, à escuta das suas opiniões, à sua participação em tomadas de decisão que as afetem e à sua proteção de qualquer perigo ou retaliação".

27. Fontes oficiais e instituições mais conscientes do papel social dos média para que haja um trabalho de cooperação eficaz.

Sempre que a informação não seja classificada ou confidencial, deve ser partilhada com os jornalistas tal como solicitada. **É desejável que a relação entre fontes e jornalistas seja de cooperação**, para que o trabalho de investigação seja o mais fundamentado possível. Toda a sociedade beneficia com um jornalismo de qualidade.

28. O jornalista deve reportar ou denunciar, com rigor e objetividade, qualquer situação de interesse público.

O jornalista deve atuar como um *watchdog*: denunciando e tornando públicas situações que de outro modo não viriam a público, desafiando o poder estabelecido sempre que se justifique e dando voz aos mais vulneráveis, através de um trabalho de investigação objetivo e rigoroso, que inclui a confirmação de factos e a auscultação das várias partes. Deve ainda contribuir da mesma forma para a **sensibilização e promoção do conhecimento público sobre as questões dos Direitos da Criança**.

Em suma:

PROMOÇÃO DE UM ACOLHIMENTO RESIDENCIAL DE QUALIDADE QUE SEJA UMA ALTERNATIVA POSITIVA NA EXECUÇÃO DE UM DIREITO DAS CRIANÇAS E JOVENS EM SITUAÇÃO DE PERIGO

⁷ <https://www.unicef.org/eca/media.html>

Ficha Técnica

TÍTULO

PENSAR O ACOLHIMENTO RESIDENCIAL
DE CRIANÇAS E JOVENS (Sumário Executivo)

EDIÇÃO

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN

COORDENAÇÃO

Maria João Leote de Carvalho e Anabela Salgueiro

AUTORES

Ana Costa, Oficina de S. José – Braga

Anabela Salgueiro, Programa Gulbenkian de
Desenvolvimento Humano / Programa Gulbenkian
Coesão e Integração Social, Fundação Calouste
Gulbenkian

António Santinha, Santa Casa da Misericórdia de
Lisboa

Armando Leandro, Juiz-Conselheiro Jubilado

Carla Palaio, Casa do Canto – Ansião

Carlos Bento, Associação Via Nova – Vila Real

Catarina Tomás, Escola Superior de Educação do
Instituto Politécnico de Lisboa e CICS.NOVA.UMinho,
Supervisora do Projeto da Oficina de S. José – Braga

Cristina Velho, Casa do Canto – Ansião

Edson Luís, Oficina de S. José – Braga

Eduarda Ferreira, CICS.NOVA, FCSH – Universidade
Nova de Lisboa

Hugo Cruz, CIIE da Faculdade de Psicologia e Ciências
da Educação da Universidade do Porto. Programa
Crianças e Jovens em Risco da Fundação Calouste
Gulbenkian, até 2015

Isabel Mota, Presidente da Fundação Calouste
Gulbenkian

João Beirão, Hospital D. Estefânia

José Alberto Simões, CICS.NOVA, FCSH - Universidade
Nova de Lisboa

José Gomes da Costa, Universidade de Trás-os-Montes
e Alto Douro, supervisor do Projeto da Associação Via
Nova – Vila Real

José Manuel Nabo, Supervisor do Projeto “Aprender a
Ser” do Lar de Infância e Juventude da Santa Casa da
Misericórdia de Reguengos de Monsaraz

Juliana Doretto, Faculdade de Ciências Sociais e
Humanas – Universidade Nova de Lisboa

Laura Santos, Casa do Canto – Ansião

Liliana Rodrigues, Oficina de S. José – Braga

Mafalda Malheiro, Oficina de S. José – Braga

Manuel Galante, Santa Casa da Misericórdia de
Reguengos de Monsaraz

Maria João Leote de Carvalho, Programa Crianças e
Jovens em Risco da Fundação Calouste Gulbenkian,
CICS.NOVA, FCSH - Universidade Nova de Lisboa

Maria João Silva, Escola Superior de Educação de
Lisboa, Instituto Politécnico de Lisboa

Maria do Rosário Pinheiro, Faculdade de Psicologia
e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra,
Centro de Investigação do Núcleo de Estudos e
Intervenção Cognitivo-Comportamental – CINEICC,
Supervisora do Projeto da Casa do Canto” – Ansião

Marta Santos Pais, Representante Especial das Nações
Unidas para a Violência contra as Crianças

Patrícia Fernandes, Programa Gulbenkian de
Desenvolvimento Humano / Programa Gulbenkian
Coesão e Integração Social, Fundação Calouste
Gulbenkian

Paulo Guerra, Centro de Estudos Judiciários

Serafim Gonçalves, Oficina de S. José – Braga

Teresa Goldschmidt, Hospital de Santa Maria

Referências bibliográficas

- Ainsworth, M.** (1976). Relações Objectais, Dependência e Vinculação: Uma Análise Teórica das Relações da Criança com a Mãe. In *As Ligações Infantis*. Lisboa: Bertrand (original publicado em 1969). pp. 155-225.
- Ainsworth, M.** (1978). *Patterns of Attachment: a Psychological Study of the Strange Situation*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Alanen, L.** (2011). Critical Childhood Studies? *Childhood*, 18(2), 147-150.
- Ander Egg, E.** (1981). *Metodologia Y Practica De La Animacion Socio-Cultural*. Madrid: Marsiega.
- Arnett, J.J.** (2000). Emerging adulthood. A theory of development from the late teens through the twenties. *American Psychologist*, 55, 469-480.
- Bion, W. R.** (1961). *Experiences in Groups*. London: Tavistock.
- Bowlby, J.** (1976). A Natureza da Ligação da Criança com a Mãe. In *As Ligações Infantis*. Lisboa: Bertrand (original publicado em 1958). pp. 105-153.
- Bowlby, J.** (1977). Nota Sobre o Contexto Histórico da Teoria da Vinculação. In *A Vinculação*. Lisboa: Socicultur (original publicado em 1974). pp. 45-46.
- Bowlby, J.** (1981). *Cuidados Maternos e Saúde Mental*. S. Paulo: Martins Fontes (original publicado em 1976).
- Bravo, A. & del Valle, J. F.** (Ed.) (2009). *Intervención Socioeducativa en acogimiento residencial*. Santander: Gobierno de Cantabria.
- Bronfenbrenner, U.** (1979). *The Ecology of Human Development: Experiments by Nature and Design*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Bronfenbrenner, U.** (2005). Preparar um Mundo para a Criança no Século XXI: o Desafio da Investigação. In J. Gomes-Pedro, J. Nugent, J. Young & Brazelton, B. (Ed.), *A Criança e a Família no Século XXI*. Lisboa: Dinalivro, pp. 79-89.
- Bronfenbrenner, U. & Morris, P.** (1999). The Ecology of Developmental Process. In J. Gomes-Pedro (Ed.), *Stress e Violência na Criança e no Jovem*. Lisboa: Clínica Universitária de Pediatria – Faculdade de Medicina de Lisboa. pp. 21-95.
- Caffarella, R. S.** (2002). *Planning programs for adult learners: A practical guide for educators, trainers, and staff developers* (2 ed.). San Francisco: Jossey-Bass, Inc.
- Calheiros, M. M., Graça, J., Morais, I., Mendes, R., Jesus, H., & Garrido, M. V.** (2013). "Desenvolvimento de um programa de preparação para a vida autónoma para jovens em acolhimento residencial". In M. M. Calheiros & M. V. Garrido (Org.), *Crianças em Risco e Perigo: Contextos, Investigação e Intervenção* (Vol. III) (pp. 242-294). Lisboa: Edições Sílabo.
- Carvalho, M.J.L.** (2013). *Sistema Nacional de Acolhimento de Crianças e Jovens*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Carvalho, M.J.L.** (2003). *Entre as Malhas do Desvio: Jovens, Espaços, Trajectórias e Delinquências*. Oeiras: Celta Editora.
- CID, Crianças, Idosos e Deficientes - Cidadania, Instituições e Direitos** (Leandro, A.; Alvarez, D.; Cordeiro, M. & Carvalho, R.) (2005), *Manual de Boas Práticas. Um guia para o acolhimento residencial das crianças e jovens. Para dirigentes, profissionais, crianças, jovens e familiares*, Edição Instituto da Segurança Social, I.P., disponível em http://www4.seg-social.pt/documents/10152/13326/acolhimento_residencial_crianças_jovens
- Costa, A., Tomás, C., Luís, E., Rodrigues, L., Malheiro, M. & Gonçalves, S. (2015). Processos e práticas de autonomia com crianças e jovens em acolhimento: uma experiência no lar de infância e juventude Oficina de S. José, Braga. In M. J. Leote; H. Cruz & A. Salgueiro, *Autonomia: Desafios e práticas no acolhimento de jovens em instituição*

- (pp.16-49), Coleção Práticas e Reflexões sobre Acolhimento de Jovens em Instituição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. (pp153-172). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Del Valle, J., & Arteaga, A.** (2009). *SERAR: Sistema de Evaluación y Registro en Acogimiento Residencial*. Oviedo: Asociación para el estudio y promoción del bienestar infantil.
- Del Valle, J., & Zurita, J.** (2000). *El acogimiento residencial en la protección a la infancia*. Madrid: Ediciones Pirámide.
- FICE, IFCO & SOS Children's Villages** (2007). *Quality4Children: Normas para o Acolhimento de Crianças Fora da Sua Família Biológica na Europa*. Innsbruck: Werner Hilweg, Áustria. Disponível em: http://quality4children.info/navigation/show.php?id=2&_language=en
- Fernando, D. M., & Hulse-Killacky, D.** (2005). The relationship of supervisory styles to satisfaction with supervision and the perceived self-efficacy of master's level counseling students. *Counselor Education and Supervision*, 44, 293-304.
- Glickman, C.D.** (1985). *Supervision of Instruction: A Developmental Approach*. Newton, MA: Allyn& Bacon.
- Grinberg, L.** (1975). *A Supervisão Psicanalítica - Teoria e Prática*. Trad. Julio Guimarães. Rio de Janeiro, Imago.
- Gomes da Costa, J., Martins, H., Bento, C., Henriques, A.** (2015). Intervenção familiar no acolhimento institucional de crianças e jovens. In M.J. Leote Carvalho; H. Cruz, & A. Salgueiro (Eds.), *Família(s). Desafios e práticas no acolhimento de jovens em instituição* (pp. 16-51). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gudbrandsson, B.** (2008). *Rights of Children in Institutions: Report on the implementation of the Council of Europe Recommendation Rec (2005)5 on the rights of children living in residential institutions*. França: Conselho da Europa.
- Guerra, P., Palaio, C. & Velho, C.** (2014). "A Convenção sobre os Direitos da Criança na institucionalização desta". In Carvalho, M.J.L., & Salgueiro, A. (Eds.), *Direitos da Criança, Experiência de Quatro Instituições de Acolhimento de Jovens*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 14-55.
- Hanna, F. J., & Cardona, B.** (2013). Multicultural counseling beyond the relationship: Expanding the repertoire with techniques. *Journal of Counseling and Development*, 91, 349-357.
- Hollihan, K.A., & Reid, G.** (2013). Becoming a counsellor: Reflections on our experience as counselors on training. *Guidance&Counseling*, 9, 15- 20.
- ISS-Instituto da Segurança Social** (2015), *CASA 2014 - Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. Lisboa: Instituto da Segurança Social IP.
- Kirkpatrick, D. & Kirkpatrick, J.** (2005). *Evaluating Training Programs. The Four Levels* (3.ª ed.). San Francisco: Berrett-Koehler Publishers.
- Knorth, E. J., Harder, A. T., Zandberg, T., & Kendrick, A.J.** (2008). Under one roof: A review and selective meta-analysis on the outcomes of residential child and youth care. *Children and Youth Services Review*, 30, 123-140.
- Little, M., Kohm, A., & Thompson, R.** (2005). The impact of residential placement on child development: research and policy implications. *International Journal of Social Welfare*, 14, 200-209.
- Magalhães, E. & Calheiros, M.M.** (2014). Ajustamento emocional e comportamental de crianças e jovens em acolhimento institucional: uma reflexão em torno das experiências prévias de mau trato e negligência. In M. M. Calheiros & M.V. Garrido (Org.), *Crianças em risco e perigo: Contextos, investigação e intervenção* (vol. 4). Lisboa: Edições Sílabo, 103-125.
- Martins, P.** (2005). A Qualidade dos Serviços de Protecção às Crianças e Jovens – As Respostas Institucionais, VI Encontro Cidade Solidária: Crianças em risco: será possível converter o risco em oportunidade? - 23 de maio de 2005, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa; pp. 1-11.;
- Moslehuddin, B., & Mendes, P.** (2006). Young people's journey to independence: Towards a better future for young people leaving state care in Victoria. *Children Australia*, 31, 47-54.
- Moura, D., Guerra, A., & Costa, S.** (2005). *Percurso de Vida dos Jovens Após a Saída dos Lares de Infância e Juventude*. Centro de Estudos Territoriais, Instituto da Segurança Social, Lisboa.
- NCB - Nacional Children's Bureau** (2006). *What Works in residential child care* (Highlight no.227). London: Roger Clough.
- ONU** (1989). *Convenção dos Direitos da Criança* aprovada na Resolução 44/25 da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 20 de novembro.
- Pappámikail, L.** (2013). *Adolescência e Autonomia: negociações familiares e construção de si*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

- Pérez-Serrano, G.** (2011). *Elaboración de Proyectos Sociales. Casos prácticos*. Madrid: Narcea.
- CE – Council of Europe (2005). *Recommendation of the Committee of Ministers on the rights of children living in residential institutions*, Council of Europe, Bruxelas, Bélgica, disponível em <https://wcd.coe.int/ViewDoc.jsp?id=835953>
- Pinheiro, M.R., Velho, C., Palaio, C., Santos, L., Fadigas, P., Santos, S., Guerra, C., Oliveira, J., & Guerra, P.** (2015). Estrutura de Apoio e Acompanhamento da Casa do Canto: Processos e práticas de promoção da autonomia após o acolhimento. In M. J. L. Carvalho; H. Cruz & A. Salgueiro, *Transições: Transições: Desafios e práticas no acolhimento de jovens em instituição* (pp.14-55), Coleção Práticas e Reflexões sobre Acolhimento de Jovens em Instituição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Ribeiro, M.J.** (2003). *Ser Família: construção, implementação e avaliação de um programa de educação parental*. Dissertação apresentada ao Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho. Braga: UM.
- Roldão, V.** (2005). *Gestão de Projetos- Abordagem Instrumental ao Planeamento, Organização e Controlo*. Monitor: Lisboa.
- Sampaio, D.; Cruz, H. e Carvalho, M.J.L.** (Ed.) (2011). *Crianças e Jovens em Risco – A Família no Centro da Intervenção*, Programa de Desenvolvimento Humano da Fundação Calouste Gulbenkian, Cascais, Princípiã – Publicações Universitárias e Científicas.
- Stein, M.** (2006). Research review: Young people leaving care. *Child and Family Social Work*,11, 273-279.
- Tomás, C.** (2011). *“Há muitos mundos no mundo”... Cosmopolitismo, Participação e Direitos da Criança*. Porto: Edições Afrontamento.
- Veloso, C.** (2014). *Lares de Infância e Juventude: contributos para a autonomia*. Dissertação de Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco, Instituto Politécnico de Viseu, Escola Superior de Educação de Viseu.
- Young, J.E.** (2005). *Young Schema Questionnaire- Short Form 3 (YSQ-S3)*. New York: Schema Therapy Institute.

ISBN 978-989-8380-31-9

PENSAR O ACOLHIMENTO RESIDENCIAL DE CRIANÇAS E JOVENS (Sumário Executivo)

©Fundação Calouste Gulbenkian 2019

Coordenação

Maria João Leote de Carvalho e Anabela Salgueiro

Mais informações

Gulbenkian.pt

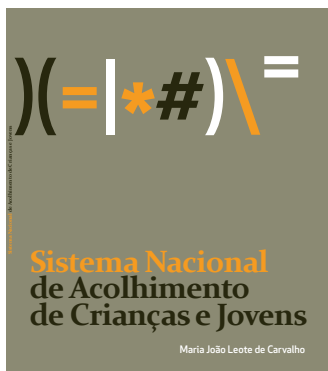
Publicações

Textos integrais disponíveis em:

<https://gulbenkian.pt/project/programa-criancas-e-jovens-em-risco/>

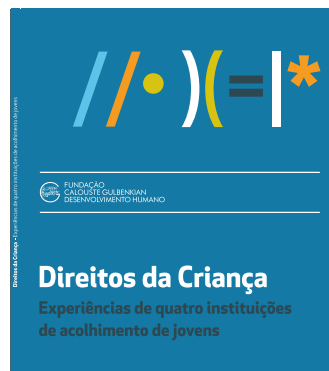
2013

Sistema Nacional de Acolhimento de Crianças e Jovens



Novembro 2014

Direitos da Criança – Experiências de quatro instituições de acolhimento de jovens



Maio 2015

Autonomia, Desafios e práticas no acolhimento de jovens em instituição



Junho 2015

Família(s), Desafios e práticas no acolhimento de jovens em instituição



Outubro 2015

Transições, Desafios e práticas no acolhimento de jovens em instituição



Junho 2018

Pensar o acolhimento residencial de crianças e jovens

